



GOIÁS
INDUSTRIAL

3 - nº 219
 ro/Outubro
 007

FIEG
 SESI
 SENAI
 IEL
 ICO BRASIL

Sistema
FIEG

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

EMPREGO

Procura-se trabalhador

CENTRO-OESTE TEM 13,4 MIL VAGAS À ESPERA DE MÃO-DE-OBRA

Vila bate Crac de novo e volta à briga

Túlio Vílchez com um de golos na vitória do Vila sobre o Crac, que já havia sido vencido em Libertária. Teme voltar à luta por jogar na Série B.

Escura-se trabalhador

CENTRO-OESTE TEM 13,4 MIL VAGAS À ESPERA DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

Estudo do Ipea mostra que, por falta de qualificação, sobram vagas em vários segmentos, como indústrias têxtil, de vestuário, de calçados, construção e telecomunicação. Distribuição do emprego é desigual no País. Perto do Natal, jovens querem aproveitar vagas temporárias para obter

Desafio da mão-de-obra

Mercado de trabalho enfrenta fase de paradoxos, com falta de mão-de-obra qualificada e trabalhadores cada vez mais instruídos

www.interagy.com.br

▶▶▶▶ O Portal para
quem oferta e busca
vagas de estágio.

Sistema Fieg/Ascom



12

Ameaça de apagão

Indústrias e especialistas em mercado de trabalho temem que falte mão-de-obra qualificada para sustentar o crescimento mais rápido da economia. Duas pesquisas, realizadas pela Fieg e pelo Ipea, mostram um déficit na oferta de trabalhadores capacitados e com experiência no Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, cresce o número de anos de estudo da população ocupada em Goiás.

27

Piscicultura

Importador de pescado, Goiás aposta na liberação da criação de peixes em grandes reservatórios, com uso de tanques-redes, para tentar a auto-suficiência no setor. Atráidos pelas possibilidades do Estado, cinco frigoríficos especializados deverão ser instalados em Itauçu, Turvânia, Bonfinópolis e Posse.



30

Álcool

Depois da euforia inicial, investidores iniciantes e aventureiros tiram o time de campo. Pela primeira vez, o mundo terá excedentes de álcool, o que tem pressionado os preços para baixo. O setor ainda enfrenta outros desafios, na área ambiental e no setor trabalhista. Mas as perspectivas de médio e de longo prazos ainda são favoráveis, reforçadas pela recente escalada dos preços do petróleo.



39

Qualidade no trabalho

O Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás) entrega o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho a oito empresas que conduziram experiências bem-sucedidas nesta área. A premiação destaca o esforço e as políticas adotadas por micro, pequenas, médias e grandes empresas para motivar e capacitar seus funcionários.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Paulo Afonso Ferreira
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas
E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home page: www.ielgo.com.br
E-mail: iel@sistemafieg.org.br

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas
Home page: www.senaigo.com.br
E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home page: www.icqbrasil.com.br
E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE

Paulo Afonso Ferreira

1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE

Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE

Ivan da Glória Teixeira

1º SECRETÁRIO

Hélio Naves

2º SECRETÁRIO

Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO

Antônio de Sousa Almeida

DIRETORES

Aluísio Quintanilha de Barros
César Helou
Flávio Paiva Ferrari

Joviano Teixeira Jardim
Marley Antônio da Rocha
Ubiratan da Silva Lopes
Eduardo Cunha Zuppani
Luís Antônio Vessani
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Aldrovando Divino de Castro Júnior
José Magno Pato

CONSELHO FISCAL

Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo
Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Abílio Pereira Soares Júnior
Aldrovando Divino de Castro Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Antônio Clóvis Carneiro
Antônio de Sousa Almeida

Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto de Araújo
Carlos Roberto Viana
César Helou
Cyró Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Domingos Vilefort Orzil
Edmar Sabino Neves
Eduardo Cunha Zuppani
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Frederico Martins Evangelista
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Heno Jácomo Perillo
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry de Paula
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Nunes Neto
Jorge Luiz Biazuz Meister

José Antônio Vitti

José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romoaldo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Mário Drummond Diniz
Marley Antônio Rocha
Mário Renato Guimarães Azeredo
Nelson Pereira dos Reis
Onofre Andrade Pereira
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Roberto Elias de Lima Fernandes
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sebastião Elias Barbosa
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Walterci de Melo
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS E INSTITUIÇÕES

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Ivan da Glória Teixeira
Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente: Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infra-Estrutura

Presidente: José Rodrigues Peixoto Neto
Vice-Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes

Conselho Temático de Política Econômica

Presidente: Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Hélio Naves
Vice-Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Humberto Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Souza Almeida
Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócio

Presidente: Rodrigo Penna de Siqueira
Vice-Presidente: Segundo Braoios Martinez

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Ronaldo Jair Sales
Vice-Presidente: Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás

Presidente: Heribaldo Egídio

GOIÁS
INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem: Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Débora Orsida, Jávier Godinho, Dorothy Menezes, Fernanda Guirra, Heloisa Lima e Naiara Gonçalves

Colaboração: Wellington da Silva Vieira

Fotografia: Sílvia Simões

Diagramação, Produção e Publicidade:

ND Editora e Publicidade Ltda.

Rua 1034, nº 49, Setor Pedro Ludovico

74823-190 - Goiânia-GO

Fone: (62) 3255-6262

E-mail: nd@ndeditora.com.br

Fotolito: Oficina de Arte

Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Errata:
Na edição anterior, à página 12, onde se lia Coming Indústria de Roupas, leia-se Coming Indústria e Comércio de Couros Ltda.



Paulo Afonso Ferreira

Os paradoxos da qualificação

O estudo Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais no Brasil em 2007, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontou no seu Mapa do Emprego um déficit de quase 13,5 mil profissionais no Centro-Oeste, verificado principalmente na indústria têxtil, vestuário e calçados. Em Goiás, o problema é igualmente grave na construção civil. Falta mão-de-obra qualificada, decorrente do aquecimento da economia no País.

O professor da USP, José Pastore, consultor da Confederação Nacional da Indústria, prevê que o Brasil necessitará de 2 milhões de novos profissionais até 2010, para incrementar os indicadores de competitividade no setor e manter o crescimento econômico. Como a educação no País de há muito não é priorizada, fica muito difícil atender à demanda de profissionais devidamente preparados, daí o risco de um apagão da mão-de-obra.

Segundo a Sondagem Industrial Especial – Qualificação da Mão-de-obra, processada em outubro pela Fieg, as grandes empresas são as que mais sofrem com esse problema, devido ao processo que usam: a produção em escala, com elevada participação de tecnologia de ponta.

O Senai Goiás se desdobra e enfrenta com realismo os novos desafios, ante o que considera paradoxos da qualificação. Existe no Estado uma nova territorialização da indústria. Atraídas pelos incentivos fiscais, elas chegam rapidamente e se instalam em regiões diferentes, trazendo demandas de profis-

sionais, sem planejamento prévio para os conseguir. Vêm com identidade própria e pretendem que eles apresentem sua qualificação.

Ocorre que a educação profissional tem como pilar a educação básica, há muitos anos em segundo plano nesta Nação, conforme reconhece o próprio Ministério da Educação. Assim, para se proporcionar o desejado preparo para uma profissão, é mister completar no aluno os conhecimentos que lhe faltaram na instrução comum.

Estrategicamente, o Senai Goiás está trabalhando em três elementos centrais: flexibilização

“O Senai Goiás se desdobra e enfrenta com realismo os novos desafios, ante o que considera paradoxos da qualificação”

da expansão, infra-estrutura e recursos humanos. No primeiro, utiliza unidades móveis em municípios goianos onde se assentam as empresas, com novas demandas e perfis profissionais. A flexibilização acontece igualmente nos horários, no ensino itinerante, no estreitamento de relações com as empresas, via parcerias. Na segunda, moderniza suas escolas, dando ênfase especial à educação a distância, que não exige espaço, tempo, máquinas e ferramentas, numa educação empreendedora, dentro das próprias indústrias. Na terceira, promoveu a inclusão digital de seus professores que, trabalhando com laptops, têm acesso à tecnologia da informação. A inclusão digital entra também na formação dos novos educadores, para que seus alunos, da mesma forma, se adaptem às exigências dos novos tempos.

Esta é nossa proposta inicial, a resposta e o apoio aos que buscam a qualificação, para termos uma indústria realmente competitiva. ■

Marcus Vinícius Pratini de Moraes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec)

Em choque com a rainha

O eventual provável fracasso da Rodada Doha, que pretende concertar arranjo entre os países para a liberação do comércio global de alimentos, não abalará as bases da economia mundial. Na verdade, países mais desenvolvidos não demonstram a menor disposição para reduzir subsídios à agricultura e pecuária em virtude dos poderosos interesses que dão sustentação a essa política, declara o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e ex-ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em entrevista à Goiás Industrial. “Quem mais recebe subsídio agrícola na Inglaterra? A rainha. E nos Estados Unidos? David Rockefeller, cuja família era dona da Esso e agora do JP Morgan Chase”, dispara. Pratini veio a Goiânia à convite da Fieg para participar da posse do empresário Rodrigo Penna de Siqueira na presidência do Conselho Temático do Agronegócio.

Goiás Industrial – Quais são as novas “armadilhas” lançadas pelos países desenvolvidos no mercado mundial de produtos agrícolas?

Marcus Vinícius Pratini de Moraes – Precisamos estar sempre atentos ao que chamo de protecionismo sanitário, que é o uso indevido de normas sanitárias para bloquear o acesso do Brasil e de outros países aos mercados, principalmente os europeus. Por isso é fundamental que a Rodada Doha chegue a algum lugar para destravar o comércio internacional de produtos agrícolas. O Brasil é hoje o maior exportador de produtos agrícolas do mundo e Goiás já é um dos maiores exportadores do País e vem sendo diretamente atingido por isso. Temos de lutar contra o protecionismo, que está sempre presente e se exercita por meio do uso abusivo e exagerado de normas sanitárias para bloquear nossos produtos.

Goiás Industrial – O País tem conseguido avançar nas questões da sanidade animal e da rastreabilidade do rebanho?

Pratini de Moraes – Acredito que a vigilância sanitária tem melhorado muito no Brasil. Temos



Pratini de Moraes: “Precisamos estar atentos ao que chamo de protecionismo sanitário”

de admitir que, como somos um país continental, as coisas não são fáceis. Houve um período de falta de recursos no Ministério da Agricultura, o que o impediu de cumprir bem a sua tarefa. Parece que isso hoje está funcionando melhor e não vejo problemas maiores nessa área. Observo alguns problemas na questão do rastreamento do rebanho. A rastreabilidade deixou de ser uma

exigência de natureza sanitária para tornar-se quase que uma imposição do mercado. Os compradores europeus, que pagam o melhor preço pela nossa carne, querem cada vez mais o código de barras indicando onde o animal nasceu, foi abatido e as vacinas que tomou. Chegam a detalhes um pouco exagerados, talvez desnecessários, mas precisam existir desde o controle do nasci-

mento do bezerro até a ida para o frigorífico. Disso não escaparemos. Pode ser até bom para os criadores brasileiros, que poderão sofisticar mais o controle de vacinação.

Goiás Industrial – Como o senhor avalia a proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de transferir a gestão do Sisbov para a iniciativa privada?

Pratini de Moraes – Na verdade, a proposta é transferir o controle do banco de dados do Sisbov para o setor privado por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que não é bem privada porque está ligada à estrutura do Ministério do Trabalho. A Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) também está interessada. Acho que seria possível fazer composição envolvendo as várias entidades do setor, coordenadas por uma entidade principal, que pode ser a CNA.

Goiás Industrial – O senhor acredita que essa é a condição que falta para a rastreabilidade avançar?

Pratini de Moraes – Isso pode ajudar no controle unificado. A ABCZ inclusive tem longa experiência. A entidade faz rastreabilidade há 70 anos, com milhões de registros de animais de genética apurada. Creio que a rastreabilidade se desenvolverá à medida que todos reconhecerem que se o animal não for rastreado não será possível exportar, aí o preço é diferente. Não adianta querer brigar com o mercado, porque é ele que vai dizer. Se estiver pagando mais pelo animal rastreado desde a origem até o abate, o pessoal rastreará o rebanho.

Goiás Industrial – A nova missão européia, que desembarca em novembro, chega em um momento de pressões crescentes contra a carne brasileira naquela região. Qual a expectativa do setor?

Pratini de Moraes – Essa é a oitava missão em dois anos e encontrará cada vez mais avanços na criação brasileira, tanto sob o ponto de vista genético quanto sanitário, e inclusive na rastreabilidade. Não estamos no mesmo nível

dos medicamentos utilizados em cada uma das situações. No caso brasileiro, temos defesas naturais contra doenças. Quando há um rio enorme entre duas propriedades, o que não é incomum, os animais não o atravessam. Ou então, quan-



“A rastreabilidade (de bovinos) deixou de ser exigência de natureza sanitária para tornar-se quase que imposição do mercado”

do existem áreas de florestas, não vão atravessá-la para eventualmente transmitir doenças. As distâncias entre fazendas podem superar 100 quilômetros, o que não é imaginável na Europa, que não tem idéia da dimensão do Brasil e acho que nem se interessa em ter essa noção. As exigências, portanto, são na maioria dos casos descabidas e acabamos de ter a comprovação disso. Aonde é que se notificou o mais recente foco de aftosa? Foi na Inglaterra, que já enfrenta o oitavo foco. Observe que o surto surgiu de um vírus que escapou de um laboratório de alta segurança, próximo a Londres. É inacreditável que a Europa, que fica nos exigindo tudo isso, não tenha condições de controlar um laboratório de alta segurança, que por definição, é o local que filtra o ar que entra e sai, trata a água que entra e todos dejetos que saem, exatamente para não haver contaminação. Se eles não têm condições de dar segurança a seus laboratórios, querem nos ensinar regras de sanidade? O Brasil vende carne fresca para a Europa há mais de 50 anos. Nunca houve caso de aftosa transmitida pela carne brasileira pela simples razão de que só vendemos carne maturada e desossada. Não existe a menor hipótese de o vírus se alojar na carne.

Goiás Industrial – Que áreas correm esse tipo de risco?

Pratini de Moraes – Houve problemas em algumas áreas, inclusive em Mato Grosso, envolvendo certificadoras e isso é difícil consertar rapidamente. Se esses problemas se repetirem, podem prejudicar eventualmente até o Estado.

Goiás Industrial – O senhor citou a existência de demandas ou exigências descabidas da União Européia em relação a medidas sanitárias no Brasil. Quais dessas exigências o senhor destacaria?

Pratini de Moraes – Quando você cria animais de uma forma confinada, às vezes até com aquecimento interno, a propagação de doenças e de outros problemas se intensifica. Aqui criamos o animal solto no campo. É outro sistema de criação. Não se pode querer aplicar para animais de criação extensiva as normas de criação intensiva, o que inclui até mesmo a questão

do existem áreas de florestas, não vão atravessá-la para eventualmente transmitir doenças. As distâncias entre fazendas podem superar 100 quilômetros, o que não é imaginável na Europa, que não tem idéia da dimensão do Brasil e acho que nem se interessa em ter essa noção. As exigências, portanto, são na maioria dos casos descabidas e acabamos de ter a comprovação disso. Aonde é que se notificou o mais recente foco de aftosa? Foi na Inglaterra, que já enfrenta o oitavo foco. Observe que o surto surgiu de um vírus que escapou de um laboratório de alta segurança, próximo a Londres. É inacreditável que a Europa, que fica nos exigindo tudo isso, não tenha condições de controlar um laboratório de alta segurança, que por definição, é o local que filtra o ar que entra e sai, trata a água que entra e todos dejetos que saem, exatamente para não haver contaminação. Se eles não têm condições de dar segurança a seus laboratórios, querem nos ensinar regras de sanidade? O Brasil vende carne fresca para a Europa há mais de 50 anos. Nunca houve caso de aftosa transmitida pela carne brasileira pela simples razão de que só vendemos carne maturada e desossada. Não existe a menor hipótese de o vírus se alojar na carne.

Goiás Industrial – O Brasil e outros países emergentes têm sido pressionados por governos

de países mais ricos a aceitarem as propostas de corte de subsídios agrícolas nas negociações da Rodada Doha...

Pratini de Moraes – Isso é tudo conversa. Aqueles países não estão oferecendo coisa alguma. Na verdade, dão muito subsídio à agricultura e continuarão a oferecê-lo. É por isso que pagamos 176% de tarifa para colocar a picanha no mercado europeu, enquanto que Rolls-Royce importado e a bolsa cara da Prada ou da Dior pagam 35% para entrar no Brasil. Essa assimetria tem que acabar com eles reduzindo tarifas. Não somos nós que devemos baixar imposto de importação. A nossa tarifa média efetivamente aplicada é de 7%. Os países desenvolvidos vivem pedindo tarifas mais baixas, mas não reduzem as suas e quando o fazem ainda impõem restrições não tarifárias. Para negociar como querem, o Brasil deveria propor a eles a retirada de todas as restrições não tarifárias. Vamos ver se aceitariam. Não dá para o Brasil ser flexível diante de fortes grupos de interesse. Quem é que mais recebe subsídio agrícola na Inglaterra? A rainha. Quem é que mais recebe nos Estados Unidos? É David Rockefeller, cuja família era dona da Esso e agora do JP Morgan Chase.

Goiás Industrial – As perspectivas de mudanças que favoreçam o comércio mundial são poucas?

Pratini de Moraes – O negócio dos subsídios agrícolas envolve interesses poderosos, tem lobby gigantesco e ninguém mexerá nisso assim. Além disso, na Europa, essa é uma questão até cultural,



“Não se pode querer aplicar para animais de criação extensiva as normas de criação intensiva, o que inclui até mesmo a questão dos medicamentos utilizados em cada um dos casos”

de tradição. Na Suíça, eles criam um tipo de vaca nas montanhas, a altitudes de 2 mil metros, para fazer um tipo de queijo especial que os suíços gostam. Acontece que é preciso usar teleférico para levar a alimentação até os animais. No inverno, eles precisam levar até a água e cada vaca bebe de 40 a 50 litros por dia. Os criadores recebem subsídios mensais de US\$ 1 mil por vaca.

Goiás Industrial – No cenário atual, qual a expectativa em relação a Doha?

Pratini de Moraes – Nenhuma. A única coisa que nos interessa realmente é manter a Organização Mundial do Comércio (OMC) viva. Por quê? Porque o Brasil é um “global player”, jogamos no mundo inteiro. Não é como o Canadá e o México, por exemplo, que destinam de 80% a 90% das exportações, respectivamente, aos Estados Unidos. Esses países são extremamente ligados e têm muito pouco interesse ou até não têm condições de ampliar seus parceiros. O Brasil, não. Vendemos carne bovina para 180 mercados. O maior mercado em volume é a União Européia, com 27 países, mas logo a seguir vem a Rússia, cada um com participação de 20% nas exportações brasileiras. Não há assim concen-

tração nas exportações. Nenhum produto brasileiro é vendido apenas para um mercado grande. A OMC interessa como organização multilateral que possa tratar de questões de comércio mundial.

Goiás Industrial – Um fracasso da rodada não seria, em sua avaliação, um desastre tão grande assim como se alardeia?

Pratini de Moraes – Não, não seria um desastre. Não adianta nada (negociar), porque eles (os países mais desenvolvidos) não mudam nada. Movemos duas ações contra esses países, uma contra os Estados Unidos (contra subsídios que distorciam o comércio mundial de algodão) e outra contra os europeus (açúcar). No caso do açúcar, ganhamos, a União Européia apelou e ganhamos novamente. Os europeus adotaram as recomendações da OMC, mas os americanos ainda não aplicaram. E nada acontece. Pelo menos criamos precedente na OMC. Já deveríamos ter retaliado os americanos.

Goiás Industrial – O que se pode esperar para o mercado internacional de carne bovina para 2008?

Pratini de Moraes – Acredito que muito otimismo e positivismo. A demanda dos países emergentes é crescente. A Rússia, num exemplo, que em 2006 havia reduzido suas compras de carne por causa daquele episódio em Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005, voltou a comprar e aumentou as importações de carne brasileira em 95% entre janeiro e agosto deste ano, em relação ao mesmo período



“É inacreditável que a Europa, que fica nos exigindo tudo isso, não tenha condições de controlar um laboratório de alta segurança”

do ano passado. A Rússia tem planos de ampliar as importações em 40% no próximo ano para atender ao crescente consumo interno e aos mercados emergentes, o que vale também para Argélia, Filipinas, Egito e até para alguns países do leste europeu. Os países estão crescendo, tem mais gente empregada, ganhando melhores salários. A primeira coisa que as pessoas fazem quando a renda cresce é melhorar a alimentação, o que significa consumir proteína animal. E é isso que Goiás produz basicamente. Por isso o Estado está num círculo virtuoso de perspectivas.

Goiás Industrial – Qual a posição do Estado nesse jogo?

Pratini de Moraes – Goiás exportava US\$ 83,4 milhões em carne bovina em 2001 e, no ano passado, exportou US\$ 625 milhões. Na carne suína, que o Estado havia exportado US\$ 9,6 milhões, vendeu US\$ 28,6 milhões. E na carne de frango, as exportações passaram de US\$ 5,4 milhões para US\$ 94,4 milhões. Esses números continuam crescendo em 2007. Goiás é hoje um participante importante no suprimento não só de proteína vegetal, com óleo de soja, milho e outros, como também de proteína animal, que tem valor muito maior e é o que está gerando esses números extraordinários para as exportações goianas. A economia mundial está crescendo e os países em desenvolvimento ainda mais e precisam importar alimentos. O que está acontecendo com o Brasil e Goiás, em particular, é que cada vez mais estamos enviando produtos para países emergentes, cuja demanda, repita-se, cresce muito mais do que a de países com economias mais maduras. Esse é nosso foco hoje. Países emergentes querem comer mais e Goiás pode produzir e vender para eles.

Goiás Industrial – Como o senhor avalia a tendência de consolidação e internacionalização do setor de frigoríficos e o que

isso traz de perspectivas para o futuro da indústria?

Pratini de Moraes – Essa é uma ação corajosa, mas consistente de nossos empresários, que aproveitam o bom momento do mercado internacional. Em vez de ficar reclamando da taxa de câmbio, esses empresários fizeram a conta e chegaram à conclusão de que, em reais, os ativos no exterior estão muito mais baratos. Quando o dólar estava a R\$ 3, um ativo de R\$ 100 mil valia US\$ 33 mil. Agora, com o dólar a menos de R\$ 2, um ativo de R\$ 100 mil vale mais de US\$ 50 mil. Quer dizer, com o mesmo dinheiro, compra-se muito mais. Como o valor dos ativos nos Estados Unidos e em outros países está caindo, os empresários brasileiros estão aproveitando para comprar. Além disso, evidentemente, há oferta muito grande de recursos no mercado internacional, sem projetos. O Brasil dispõe de

em algumas áreas e, eventualmente, estabelecer ao menos um inventário desses investimentos. Em princípio, não há nada contra, pois à medida que trarão capital para o País, criarão empregos. Mas deve haver um acompanhamento disso.

Goiás Industrial – Numa área como a de bioenergia, por exemplo, não há o risco de deslocar o centro de decisões sobre um assunto de interesse do País para outros centros?

Pratini de Moraes – Para que existe a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) e todas as agências reguladoras? Se elas funcionarem não há problema nenhum. Não podemos ter medo. Temos que fazer funcionar os instrumentos institucionais de que o País dispõe, evitar excessos e estabelecer certos limites à capacidade que possam ter. Mas é bom que se tenha algum controle.



“O Brasil é a última fronteira agrícola do mundo que precisa de si para se alimentar. O que tem de estrangeiro comprando terras e querendo montar negócio no País é uma loucura”

projetos e os melhores estão justamente no agronegócio, como, por exemplo, no setor de frigoríficos e de etanol. O Brasil é a última fronteira agrícola do mundo que precisa de si para se alimentar. O que tem de estrangeiro comprando terras e querendo montar negócio no País é uma loucura. Temos que fazer a mesma coisa lá.

Goiás Industrial – Essa entrada de capital estrangeiro no setor cria algum tipo de preocupação?

Pratini de Moraes – Não conheço os números. Acho que alguém no governo deveria olhar esses números e verificar se as compras são realmente expressivas

Goiás Industrial – Quais as previsões para as exportações brasileiras de carne bovina no ano que vem?

Pratini de Moraes – Até o ano passado, as exportações cresceram 26% ao ano. Neste ano será menos que isso, a tendência é de que o crescimento seja menor. Tivemos uma fase de crescimento e ocupação de mercados. Creio que em volume deveremos registrar crescimento entre 5% e 10% em 2007 e, em receita, na faixa de 20% ou um pouco mais. Para 2008, o crescimento em volume deve permanecer nessa faixa ou talvez menor, com desempenho melhor para os preços. ■

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia - GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
 Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
 Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
 Presidente: Nelson Pereira dos Reis
 Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
 sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida
 Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
 sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
 Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
 Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
 Presidente: Mário Drummond Diniz
 Fone (62) 3229-2427/Fax 3224-5055
 simplago@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
 Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
 Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
 Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
 sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Diniz
 Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
 Presidente: Daniel Viana
 Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
 Presidente: Fábio Rassi
 Fone/Fax (62) 3223-6667
 sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
 Presidente: Flávio Ferrari
 Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402
 sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
 Presidente: José Magno Pato
 Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
 sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
 Presidente: João Essado
 Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970
 sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
 Presidente: José Luiz Martin Abuli
 Fone (62) 3225-7888
 sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
 Presidente: César Helou
 Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
 sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
 Telefax (62) 3225-1016
 sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
 Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
 Presidente: Manoel Paulino Barbosa
 Fone/Fax (62) 3224-7296
 sindmouveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
 Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
 Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calçário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
 Presidente: José Antônio Vitti
 Fone/Fax (62) 3223-6667
 sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
 Presidente: Marley Antônio da Rocha
 Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
 siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
 Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
 sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
 Presidente: José Divino Arruda
 Fone/Fax (62) 3225-8933
 sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS**SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3251-3166/Fax 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
 Presidente: Wellington Soares Carrijo
 Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
 Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
 Presidente: Frederico Martins Evangelista
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
 Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
 Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
 contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiaí, Anápolis / GO
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 e 3311-5565
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
 Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
 Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
 Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

No topo do mundo

Nascido em Goiás, grupo lidera mercado global de carne bovina e reserva mais US\$ 1,5 bilhão para continuar crescendo

O Grupo JBS-Friboi não tem a menor intenção de cruzar os braços depois da aquisição da Swift americana, numa operação de US\$ 1,459 bilhão, dos quais quase 80% financiados pelo BNDESPar, braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A compra deverá catapultar o faturamento global do grupo para a casa dos US\$ 11,5 bilhões ainda em 2007, o que significará multiplicar sua receita bruta em quase seis vezes, transformando-o no maior processador de proteína animal do mundo, nas projeções do presidente de seu Conselho de Administração, José Batista Júnior.

No ano passado, o grupo realizou receita operacional bruta de R\$ 4,749 bilhões, crescendo 15,6%

em relação a 2005. O resultado líquido consolidado saltou 88,5% na mesma comparação, chegando a R\$ 158,9 milhões, o que se traduziu numa rentabilidade de 86,8% sobre o patrimônio líquido. No mercado externo, prossegue Júnior, “o Friboi deverá ultrapassar a casa de US\$ 1 bilhão em exportações realizadas a partir do Brasil neste ano, o que significaria um crescimento entre 20% e 25%. A idéia é manter-se assim também em 2008. Neste ano, metade da nossa receita no Brasil virá do mercado externo.”

Criado em Anápolis pelo patriarca do grupo, José Batista Sobrinho, que explorava o comércio de carnes, suprimindo o nascente mercado de Brasília, o antigo açougue, em pouco tempo, era o “maior da

rua”, para mais tarde se transformar no “maior do bairro, maior da cidade, maior da região e no maior do País.” Nesse ponto, a ambição era o Friboi chegar a ser o maior do mundo, o que exigiu boa dose de visão estratégica, empreendedorismo e ousadia, na avaliação do

presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira.

Júnior, como é mais conhecido, foi homenageado pela Fieg no final de setembro, em solenidade realizada no Salão de Eventos Daniel Viana da Casa da Indústria, sede da entidade. Segundo o empresário, o grupo dispõe ainda de quase US\$ 1,5 bilhão em caixa para financiar sua expansão e bancar, eventualmente, novas aquisições aqui dentro e lá fora. “Olhamos a qualidade dos recursos humanos e a capacidade de geração da empresa no momento de fazer uma aquisição”, detalha.

Para ele, o setor empresarial, especialmente quando se dedica à atividade exportadora, “já dispõe de muitos benefícios, como incentivos e créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), PIS e outros”. Como parte da estratégia de crescimento, “temos usado esses benefícios e por isso chegamos onde estamos.”

Nas contas de Júnior, as 41 unidades do grupo ao redor do mundo, incluindo instalações no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e na Austrália, têm capacidade para abater 47,1 mil cabeças bovinas e 50 mil suínas por dia, com exportações para 110 países, num total estimado em US\$ 3 bilhões. Os planos do frigorífico, que já ocupa fatia de 8% do mercado mundial de carne bovina, considerando-se apenas operações brasileiras e argentinas, incluem dobrar aquela participação nos próximos cinco anos. ■



José Batista Júnior: faturamento deve crescer quase seis vezes depois da compra da Swift

O desafio da qualificação

Avança nível de instrução da população economicamente ativa, mas faltam trabalhadores habilitados para sustentar planos de crescimento da indústria

A economia brasileira, Goiás incluído, enfrenta paradoxo característico de momentos de definição, quando as soluções que deverão ser engendradas servirão para conformar o modelo e as possibilidades futuras de crescimento. Neste momento, embora o nível de instrução das pessoas aptas a trabalhar, assim como do pessoal ocupado, tenha experimentado avanços notórios na última década, a indústria queixa-se da falta de mão-de-obra qualificada para executar tarefas que exigem grau mais específico de sofisticação e mesmo para preencher vagas que vêm surgindo em setores tradicionais, como na construção civil, decorrentes do aquecimento na economia em geral.

Especialistas apontam o risco de um “apagão da mão-de-obra”, referência óbvia à crise de falta de energia que provocou desaquecimento econômico e retração de investimentos nos primeiros anos da década em curso. Em artigos e entrevistas, o professor da Universidade de São Paulo (USP) e consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Pastore, tem indicado que a indústria deverá exigir um exército de 2 milhões de novos profissionais até 2010 devidamente preparado para exercer funções técnicas e enfrentar o desafio de incrementar os indicadores de competitividade no setor e manter a economia em rota de crescimento.



Capacitação: cursos oferecidos cobrem também treinamento de pessoal para a área de robótica



No canteiro de obras: empresas do setor de construção enfrentam dificuldades para contratar até pintores

A tarefa de formar e qualificar mão-de-obra vem exigindo grande esforço do Senai e de outros órgãos ligados ao setor, com a contribuição das redes pública e privada de ensino, destaca Pastore. Mas para evitar o temido “apagão” será preciso algo a mais, acrescenta o consultor da CNI, já que o País deixou a educação de lado no longo período em que a economia apenas “andou de lado”, na gíria do mercado. “Agora que o País voltou a crescer, a demanda por profissionais também cresceu fortemente, mas não há como atendê-la. Isso já aconteceu antes: toda vez que crescemos

4,5% ou 5% ao ano, falta mão-de-obra”, afirmou em entrevista concedida à Agência O Globo no final de outubro.

Na mesma linha, o reitor da Universidade Federal de Goiás, professor Edward Madureira Brasil, também acredita que, se a economia do Brasil crescer significativamente nos próximos anos, a dificuldade de oferta de mão-de-obra qualificada pode ser grave. Segundo ele, existem problemas na formação dos trabalhadores, tanto nos cursos profissionais quanto nos cursos técnicos. “É preciso otimizar os investimentos,

além de buscar esforço concentrado do governo, das universidades, do Sistema S e dos Centros Federais de Educação Tecnológica para que esse impasse seja solucionado”, destaca o reitor.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, conforme destaca o reitor da UFG, prevê que 30% da população com idade entre 18 e 24 anos esteja na universidade. No entanto, no Brasil, apenas 11% desses jovens estão cursando o ensino superior. A partir de dados como esse, ele lem-

bra que a evasão escolar continua preocupando o setor educacional. “Muitos abandonam a escola ainda na base da formação e o problema vai se acentuando até chegarmos a um verdadeiro gargalo no ensino médio”, analisa Edward.

Em Goiás, para tentar atender à demanda por mão-de-obra qualificada, o reitor afirma que a UFG tem procurado ouvir a comunidade na hora de definir os cursos que serão implantados em determinada região. Neste vestibular, com data da primeira fase marcada ainda para novembro, a universidade oferece cinco novos cursos:

Engenharia de Minas, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, em Catalão; e Enfermagem e Ciências da Computação, em Jataí. No total, são 240 vagas, 40 para cada novo curso.

“Como existem várias indústrias de mineração na região de Catalão, a procura pelo curso de Engenharia de Minas já era grande. Da mesma forma, o curso de Engenharia de Produção vem atender a necessidades das diferentes montadoras que investiram no Estado.

Enquete realizada pela Federação das Indústrias do Estado de

Goiás (Fieg) revela que a falta de qualificação representa um problema real para praticamente dois terços das indústrias entrevistadas, qualquer que seja a sua área de atuação ou seu porte. Segundo a Sondagem Industrial Especial – Qualificação da Mão-de-Obra na Indústria, divulgada em outubro, “as grandes empresas são as que mais sofrem com a falta de mão-de-obra qualificada, o que não poderia ser diferente devido ao processo produtivo que utilizam, ou seja, produção em escala com elevada utilização de tecnologia de ponta.”



Diversificação: meta do Senai Goiás é atingir 45,5 mil matrículas no próximo ano

Descompasso – Nesse cenário, para tornar a equação um tanto mais complicada, o maior número de anos de estudo da população economicamente ativa convive com porcentual explosivo de jovens fora das escolas, numa fase em que seria crucial sua inclusão no sistema educacional formal. A análise desses números de forma agregada parece sugerir que a formação e qualificação desse contingente de mão-de-obra não caminham na mesma velocidade das necessidades do setor industrial, num descompasso agora exposto com maior nitidez devido à aceleração mais recente e continuada da atividade industrial.

Os números apurados para Goiás pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa concluída recentemente, mostram nítidos avanços no grau de instrução dos ocupados, mas um quadro ainda preocupante na área da educação. Enquanto 95,6% das crianças goianas com idade entre 7 e 14 anos frequentam as séries do ensino fundamental, apenas 47,9% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio.

Os dados refletem a oferta proporcionalmente menor de cursos do antigo segundo grau e, paralelamente, a necessidade do jovem enfrentar precocemente o mercado de trabalho para reforçar a renda familiar, invariavelmente por meio de alguma ocupação informal ou subemprego, sem registro em carteira e sem qualquer proteção social ou previdenciária. Em Goiás, no ano passado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, 311 mil pessoas tinham entre 15 e 17 anos, das quais 162 mil estavam fora da escola.

Mesmo nas classes do ensi-



Competição: Olimpíada do Conhecimento mostrou que há espaço para desenvolver a mecatrônica no Estado

no fundamental, pelo menos um quinto dos alunos têm dois anos mais do que a idade recomendada para cada uma das oito séries. A situação parece mais grave na sexta e sétima séries, onde 30,1% e 28,5% dos estudantes deveriam estar em classes mais avançadas. A defasagem acaba desestimulando a permanência na escola e ele-

vando os índices de desencanto e abandono, tornando mais crítica a situação educacional no País.

Como retrato das deficiências no sistema de educação, Goiás ocupava, em 2006, a 11ª colocação quando se leva em consideração a média dos anos de estudo da população com 15 anos ou mais de idade. O Estado



Adaptação: cresce total de anos de estudo da população economicamente ativa

sustentava uma média de 7,1 anos de estudo para esse grupo de habitantes, próximo à média nacional (7,2 anos), mas 2,1 anos a menos do que no Distrito Federal, o primeiro colocado.

A economista Leila Brito, supervisora técnica do escritório regional do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), acredita que a falta de mão-de-obra qualificada reflete, entre outras coisas, a desigualdade social vivida no País. “É preciso que sejam feitos investimentos pesados em cursos técnicos, no incentivo à escolaridade, em ciência e tecnologia”, afirma.

Conforme o Dieese, Goiás se destaca proporcionalmente na Região Centro-Oeste em função do número de instituições voltadas para a qualificação profissional. No entanto, explica Leila Brito, a grande oferta de cursos ainda é muito concentrada na Região Sudeste. “Além disso, o analfabetismo funcional acaba sendo um gargalo enorme no processo de desenvolvimento dos trabalhadores. Quando vão buscar uma qualificação maior, muitos trabalhadores enfrentam sérios problemas ligados à formação básica escolar”, diz ela.

População mais jovem

A ameaça de um “apagão”, com falta de pessoal qualificado para atender às necessidades de crescimento da economia e aos projetos de investimento já iniciados ou engatilhados, tem sido tema de debates entre empresários e governo e chegou a dominar uma das reuniões do Conselho Consultivo do Setor Privado, órgão que assessoria a Câmara de Comércio Exterior (Camex), responsável por políticas de promoção comercial e de suporte às exportações brasileiras. O presidente de um grande grupo privado do setor mineral, ex-estatal, chegou a propor que as empresas tenham liberdade total para importar trabalhadores especializados de ou-

tros países, diante da alegada falta de engenheiros eletricitistas e mecânicos, geólogos e também soldadores.

O estudo Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais no Brasil em 2007, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em novembro, mostra que apenas 18,3% das pessoas que procuram por trabalho no País estão qualificadas e têm experiência profissional para atender às demandas do mercado de trabalho. No Centro-Oeste, somente 17% dos trabalhadores em busca de emprego preenchem aquelas condições.

Além disso, ainda na Região Centro-Oeste, registra-se déficit de

Empregos na indústria crescem 76% em dez anos

Entre 1996 e 2006, o total de vagas ocupadas no setor industrial aumentou em velocidade superior à média observada para a população ocupada em todo o Estado, o que fez com que a indústria passasse a representar 13,5% de todos os empregos criados em Goiás, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No ano passado, a indústria chegou a ocupar 377 mil pessoas, diante de 214,4 mil há dez anos, demonstrando evolução de 75,8% no período. A população ocupada no Estado, considerando-se todas as atividades econômicas, cresceu 34,7% nos mesmos dez anos, par-

tindo de 2,067 milhões para 2,784 milhões de pessoas.

Na indústria de transformação, o emprego avançou em velocidade ainda maior, acumulando crescimento de 87,2% – o que significou passar de quase 186 mil para 348 mil vagas ocupadas. A indústria da construção empregava, até o ano passado, outras 231 mil pessoas, número que representava crescimento acumulado de 54% na comparação com 1996 (150 mil ocupações). A indústria em geral foi responsável por mais de um quinto do crescimento do total de pessoas ocupadas na economia goiana no período avaliado.

encolhe e cresce migração

13,447 trabalhadores qualificados, embora, em todo o País, 84.021 pessoas com formação e experiência estejam desempregadas. A indústria têxtil, de vestuário e calçados aponta o maior déficit de pessoal qualificado no Centro-Oeste (4.546 pessoas, segundo o Ipea), seguido pelo setor de indústria e serviços urbanos (2.665), pela indústria de produtos mecânicos (2.406) e química e petroquímica (2.100). Mas há casos em que sobra pessoal qualificado, como na indústria de produtos de madeira e mobiliário (3.659 pessoas qualificadas sem emprego) e na indústria de alimentos, bebidas e fumo (762 trabalhadores).

Atraindo migrantes – Os números observados nas etapas básicas do sistema de ensino explicam parcialmente os gargalos que a economia passa a enfrentar no mercado de trabalho quando o crescimento se acelera. Outra parte da explicação pode estar na recorrente tendência de desaceleração no ritmo de crescimento da população em geral, que tem provocado alterações na pirâmide etária, com gradual estreitamento das faixas mais jovens.

Em 1996, por exemplo, as pessoas com idade de até 19 anos representavam 42,3% de toda a população de Goiás, o que correspondia a oferta proporcionalmente maior de futuros empregados e empreendedores, com necessidade equivalente de criação de novas ocupações. No ano passado, aquela proporção desabou para 35,2%, com equivalente retração na oferta futura de mão-de-obra. Como essa relação vem sendo decrescente ao longo do tempo, não se pode descartar a possibilidade de

Mais vagas na indústria

(Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no trabalho principal, valores em milhares)

Grupamentos de atividade do trabalho principal	1996	2006	Varição
Total de ocupados	2.067,1	2.784,0	+34,7%
Indústria	214,4	377,0	+75,8%
Indústria de transformação	185,9	348,0	+87,2%
Construção	150,1	231,0	+53,9%

Fonte dos dados brutos: PNAD/IBGE

que hoje a oferta de candidatos a emprego seja proporcionalmente menor do que no final dos anos 1980, por exemplo.

Fatores como a migração, no entanto, podem afetar essa relação, criando pressões estruturais para o mercado de trabalho. Goiás, no caso, viu-se transformado no maior pólo de atração de migrantes no País durante a década atual. Durante a década de 1990, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborados pela Gerência de Estatística Socioeconômica da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan-GO), o Estado atraiu 39.754 pessoas. O saldo migratório saltou para 135.567 pessoas apenas na primeira metade desta década e atingiu 73.560 em 2006, acumulando nos anos 2000, até aqui, 209.127 migrantes – mais de cinco vezes o saldo total acumulado nos dez anos anteriores.

O total de pessoas que têm domicílio em Goiás, mas não nasceram no Estado, aumentou 46% desde 1996, saltando de 1,112 milhão para 1,627 milhão em 2006. A população total cresceu pouco menos de 26% nos dez anos em questão, passando

de 4,568 milhões para 5,750 milhões de habitantes – 1,182 milhão a mais. O fluxo de migrantes foi responsável por 43,5% desse crescimento, com o desembarque de praticamente 514,5 mil pessoas vindas de outras regiões do País. A participação dos não-naturais na população goiana aumentou de 24,3% em 1996 para 28,3% no ano passado.

Perto de 63% do total de migrantes saíram do Distrito Federal e de quatro Estados da Federação (pela ordem: Minas Gerais, Bahia, Maranhão e São Paulo). Mineiros (22%) e baianos (16%) lideram a relação, representando 38% da população de não-naturais em Goiás, surgindo em seguida o DF (11%), Maranhão (8%) e São Paulo (6%) como principais Estados de origem dos migrantes. De uma forma geral, o avanço e consolidação da fronteira agrícola em Goiás, a implantação de agroindústrias e, mais recentemente, de complexos para abate e processamento de carnes, além do surgimento de oportunidades de emprego no setor de serviços e na indústria de transformação em geral, explicam a atração exercida pela economia goiana.

A voz da experiência

Trabalhadores que conseguiram se aperfeiçoar garantem que a qualificação é fundamental para um lugar melhor no mercado de trabalho. No final de 2006, Marco Antônio Correia, 16 anos, concluiu o curso de Mecânica de Automóveis no Senai da Vila Canaã. A oportunidade de emprego veio antes de terminar os estudos, mas ele afirma que a formação foi decisiva para abrir as portas do mercado. “As empresas cobram bastante. É preciso estudar sempre mais. No futuro, quero ser engenheiro nessa mesma área em que atuo e, posteriormente, abrir meu próprio negócio”, conta.

Também no Senai da Vila Canaã, a arte-finalista Aline Ferreira, 18 anos, fez o curso de Programador Visual e de Impressão Off-set. Agora, já empregada na área e estudando para o vestibular de Design Gráfico, ela é outro exemplo de que o investimento em qualificação pode render bons resultados. “Sem o curso, sem dedicação, não tem como conseguir um emprego hoje. Além disso, os empregadores sempre perguntam onde o curso foi feito, para conferir se a formação foi realmente bem feita”, declara.

“Com a globalização e a concorrência cada vez maior, se você não se aperfeiçoar, perde espaço”, afirma Zaqueu Alves de Sousa, 25 anos, que atualmente trabalha como gerente em uma empresa de confecção de calçados. Ele concluiu, no Senai Fama, o curso de Confecção de Calçados, ainda em 1998, e depois disso já investiu em um curso de Modelagem de Calçados e em outro, de nível técnico, na área de gerência. “Hoje, quando preciso selecionar funcionários, percebo que não é fácil encontrar mão-de-obra qualificada. Muitas vezes, a empresa tem de formar o trabalhador.”



Marco Antônio Correia: “No futuro, quero ser engenheiro”



Aline Ferreira: “Sem o curso, não tem como conseguir emprego”



Zaqueu Alves de Sousa: “Se você não se aperfeiçoar, perde espaço”

Problemas e o novo perfil do trabalhador em Goiás

Os últimos dez anos trouxeram mudanças intensas para o perfil da população economicamente ativa (PEA) em Goiás, que em tese deveriam significar mão-de-obra mais instruída e qualificada, facilitando a obtenção de ganhos de qualidade e competitividade na indústria, com maior eficiência nas linhas de produção e absorção crescente de novas tecnologias.

Até 1996, um porcentual equivalente a 67,2% da população apta a trabalhar tinha no máximo sete anos de estudo, o que significa que praticamente sete em cada dez pessoas não haviam conseguido sequer concluir o ensino médio. Dez anos mais tarde, aquela faixa foi reduzida para 46%, indicando que 54% da população economicamente ativa já acumulava oito ou mais anos de instrução (perante 33% em 1996).

Dentro da PEA, formada por 3,001 milhões de pessoas, mais de 34% acima dos 2,232 milhões registrados em 1996, a fatia ocupada por aquelas sem instrução e menos de um ano de ensino foi reduzida para 7%, diante de 12,6% até o começo da segunda metade dos anos 1990. Na outra extremidade, o número de pessoas com 15 anos ou mais de estudo aumentou 140,5% e passou a responder por 6,5% da PEA, diante de 3,6% há dez anos. A faixa que mais avançou, proporcionalmente, foi a de pessoas com 11 a 14 anos de estudo, que passou de 318,5 mil para 850 mil (167% a mais), representando 28,3% da PEA (o dobro dos 14,3% observados em 1996).

Instrução – As mudanças, obviamente, tiveram reflexos também no perfil das pessoas ocupadas, que passam a ostentar maior número de anos de estudo, pressupondo-se maior grau de qualificação. Houve queda absoluta no total de pessoas sem instrução e com até três anos de ensino e aumento para as demais faixas, concentrado naquelas com maior número de anos de estudo – crescimento de 70% para o total de pessoas com oito a

dez anos de instrução, mais 159% para a faixa seguinte (11 a 14 anos de estudo) e salto de 142% na fatia dos que estudaram 15 anos ou mais. Na média, mais da metade dos ocupados havia estudado oito anos ou mais na PNAD de 2006, situação que só se verificava, em 1996, para um terço das pessoas ocupadas.

O detalhe é que nada menos do que 67% do crescimento das ocupações deu-se na faixa dos que

Mais instruídas

(Pessoas de dez anos ou mais de idade economicamente ativas, por faixa de anos de estudo, em milhares)

Grupos de anos de estudo	1996	Participação no total	2006	Participação no total
População economicamente ativa	2.232,3	100%	3.001,0	100%
Sem instrução e menos de 1 ano	280,1	12,55%	211,0	7,0%
1 a 3 anos	415,1	18,6%	291,0	9,7%
4 a 7 anos	805,5	36,1%	882,0	29,4%
8 a 10 anos	330,0	14,8%	566,0	18,9%
11 a 14 anos	318,5	14,3%	850,0	28,3%
15 anos ou mais	81,1	3,6%	195,0	6,5%

Fonte dos dados brutos: PNAD/IBGE

A reclamação da indústria

(Área da empresa mais prejudicada pela falta de mão-de-obra qualificada, entre indústrias que apontaram baixa qualificação como problema, por porte da empresa)

Área prejudicada	Total	Pequeno	Médio	Grande
Administrativa / gerencial	6,8%	8,3%	0,0%	12,5%
Produção	77,3%	75,0%	91,7%	62,5%
Pesquisa e desenvolvimento	4,5%	0,0%	0,0%	25,0%
Falta de qualificação generalizada	11,4%	16,7%	8,3%	0,0%

Fonte dos dados brutos: Fieg/IEL

tinham entre 11 e 14 anos de estudo, significando 480,6 mil novos empregados entre as 717 mil ocupações abertas no período. As pessoas com 15 anos ou mais de estudo ocuparam 15,7% das novas colocações criadas entre 1996 e 2006, o que significa dizer que 82,7% dos novos contratados tinham mais de 11 anos de instrução. Em relação ao total da população ocupada, 35% dela havia concluído o segundo grau e/ou ingressado no terceiro grau em 2006, diante de 18,4% em 1996.

Enquete – A despeito das melhorias e dos crescentes esforços para qualificação dos trabalhadores, não é exatamente esse o cenário que a indústria vislumbra. Como visto, dois terços delas apontam a baixa qualificação de seus empregados como um problema. Entre elas, 77% afirmam que a falta de capacitação afeta primordialmente o setor de produção, com dificuldades mais sérias, nessa área, para empresas de médio porte. Na pesquisa da Fieg, 91,7% das médias empresas indicaram a produção como o setor mais prejudicado dentro da empresa, diante de 75% das pequenas e de 62,5% das grandes empresas.

Para 71% das indústrias que se declaram penalizadas pela baixa qualificação de seu pessoal, esse dado complica a busca de eficiência, assim como a redução de desperdícios no processo de produção. Na visão de 35,6%, a qualidade dos produtos termina mais afetada pela ausência de capacitação de seus recursos humanos, enquanto quase 27% apontaram problemas para aquisição e/ou absorção de novas tecnologias – dificuldade indicada por metade das grandes empresas.

Eficiência e qualidade

(O que a falta de mão-de-obra qualificada prejudica principalmente, segundo o porte da empresa)

	Total	Pequeno	Médio	Grande
A qualidade dos produtos fabricados	35,6%	41,7%	38,5%	12,5%
A aquisição / assimilação de novas tecnologias	26,7%	20,8%	23,1%	50,0%
A busca de eficiência e/ou redução de desperdícios	71,1%	66,7%	76,9%	75,0%
O desenvolvimento de novos produtos	11,1%	12,5%	7,7%	12,5%
Outros	2,2%	4,2%	0,0%	0,0%

Fonte dos dados brutos: Fieg/IEL

Investimento modesto

(Parcela do faturamento bruto destinada à qualificação de mão-de-obra pelas indústrias, por porte da empresa)

Parcela	Total	Pequeno	Médio	Grande
Nenhuma	17,2%	23,5%	15,0%	0,0%
Até 0,2%	31,3%	32,4%	25,0%	40,0%
Acima de 0,2% e até 0,4%	26,6%	23,5%	25,0%	40,0%
Acima de 0,4% e até 0,6%	7,8%	5,9%	10,0%	10,0%
Acima de 0,6% e até 1%	10,9%	8,8%	15,0%	10,0%
Acima de 1% e até 2%	3,1%	2,9%	5,0%	0,0%
Acima de 2%	3,1%	2,9%	5,0%	0,0%

Fonte dos dados brutos: Fieg/IEL

Investimento – Ampla maioria das indústrias ouvidas prefere capacitar seus empregados na própria empresa, mas nada menos do que 75,1% da amostra pesquisada reservam entre zero e 0,4% de seu faturamento bruto para investimentos em qualificação. Trata-se de mais um paradoxo dentro do setor industrial: as reclamações crescentes contra a baixa qualificação não parecem se traduzir em investimentos igualmente vigorosos em capacitação de pessoal. Quase metade das indústrias (48,5%) destina no máximo 0,2% do faturamento para financiar esse tipo de investimento.

Entre as grandes indústrias ouvidas, 80% delas aplicam entre mais de 0,2% e até 0,6% da receita bruta em atividades de qualifi-

cação de mão-de-obra. Nenhuma delas investe acima de 1% do faturamento, embora 5,8% das pequenas e 10% das médias empresas o façam. Não deixa de ser sintomático que mais da metade das indústrias entrevistadas (54,4%) acusem a falta de cursos adequados como a maior dificuldade para investir em qualificação. De novo entre as maiores, esse percentual sobe para 63,6%. Custo elevado e pouco interesse dos funcionários surgem em segundo e terceiro lugares, com 26,5% e 23,5% das respostas. Para 20,6% das empresas, a elevada rotatividade da mão-de-obra explica o baixo investimento.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia (Sin-

Cursos e custos

(Principal dificuldade para investir em qualificação da mão-de-obra, por porte da empresa)

Parcela	Total	Pequeno	Médio	Grande
Não há dificuldade	8,8%	5,4%	15,0%	9,1%
A empresa não precisa investir	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pouco interesse dos funcionários	23,5%	32,4%	10,0%	18,2%
Alta rotatividade dos funcionários	20,6%	24,3%	20,0%	9,1%
Custo elevado	26,5%	29,7%	25,0%	18,2%
Falta de oferta de cursos adequados	54,4%	48,6%	60,0%	63,6%
Outra	2,9%	2,7%	0,0%	9,1%

Fonte dos dados brutos: Fieg/IEL

roupas), Frederico Martins Evangelista, com o problema estrutural da educação no País e as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho as próprias empresas precisam fazer investimentos na qualificação

de seus funcionários, sobretudo, as de médio e grande porte. “Muitas pessoas precisam de emprego, mas não possuem a formação adequada. É cada vez mais complicado encontrar profissionais prontos para o

mercado”, destaca Martins.

Ainda que a baixa capacitação seja percebida como obstáculo à maior eficiência e qualidade na produção industrial, a pesquisa da Fieg identificou que 29,4% das indústrias sondadas não adotam qualquer política para retenção de trabalhadores qualificados, “porcentagem considerada elevada e que se destacou nas médias empresas.” Entre aquelas que adotam políticas desse tipo, de qualquer forma, a estratégia utilizada mais comumente inclui a oferta de benefícios além do salário, assim como a possibilidade de capacitação continuada. Entre as respostas, prossegue, “a menor frequência foi o pagamento de salários acima da média do mercado, prática evidenciada nas pequenas empresas.”

Educação profissional para o futuro

A acelerada mudança ocorrida nos processos de produção – provocada pelo desenvolvimento de novas tecnologias – tem exigido profissionais cada vez mais qualificados, com perfil adequado aos desafios impostos pela crescente globalização da economia. Lançado em agosto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Programa Educação para a Nova Indústria integra um conjunto de ações e estratégias para atender às novas demandas da indústria competitiva, que responde a quatro forças transformadoras da economia nacional – novos perfis profissionais, novas regiões industriais, novas tecnologias e aceleração do ritmo de crescimento.

Estão programados investimentos de R\$ 10,5 bilhões nos

Educação para a nova indústria

(Principais ações de educação básica, continuada e profissional que serão realizadas em todo o País)

Ação	Metas (2007-2010)
Educação Básica de Jovens e Adultos	2.306.000 conclusões
Educação Básica de Crianças e Jovens	848.000 matrículas
Educação Continuada	4.000.000 matrículas
Atualização de recursos didáticos	830.000 livros
510 laboratórios de ciências	
Inclusão Digital	28 mil computadores
Formação inicial e continuada de trabalhadores	8.607.132 matrículas
Educação profissional técnica de nível médio	482 matrículas
Educação superior	32.690 matrículas
Competências transversais	1.000.000 matrículas
Senai 24 horas	100 mil matrículas (implantação em todos os Departamentos Regionais)
Senai Itinerante	120 mil matrículas
Senai Didática	Produção de 300 novos kits didáticos

Fonte: CNI



Nova Indústria: programa nacional contempla investimentos de R\$ 10,5 bilhões

próximos quatro anos em todo o País para a capacitação de professores, formação de técnicos e tecnólogos, modernização de laboratórios, ampliação de salas de aula e atualização do conteúdo dos cursos oferecidos para a formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Considerado um pólo emergente de desenvolvimento industrial do País, Goiás vem atraindo nos últimos anos grandes empreendimentos, os quais têm contribuído com o progresso de seu parque empresarial. Em 55 anos de atividades no Estado, o Senai procura ampliar e diversificar sua atuação na formação de mão-de-

obra especializada para atender às necessidades desse atual mercado de trabalho. Nesse contexto e com base nas metas estabelecidas no Projeto Educação para a Nova Indústria, a instituição investe R\$ 6 milhões na modernização de seus ambientes de ensino, com aquisição de máquinas e equipamentos que darão suporte às atividades de educação profissional, aos serviços de assessoria técnica e tecnológica e aos novos cursos oferecidos.

Ao todo, 45% desses recursos já foram utilizados, este ano, na compra de dois conjuntos mecânicos e instrumentais para estruturação de unidades móveis. O

objetivo é dinamizar e interiorizar cada vez mais o atendimento, levando ações de educação profissional a municípios onde o Senai não dispõe de unidades fixas. Também foram feitos investimentos na construção de oficinas, laboratórios e salas de aula.

As dez unidades operacionais da instituição no Estado receberam recursos para modernização e ampliação de infra-estrutura. Os principais segmentos beneficiados foram os de manutenção industrial, gráfico, químico, mineração, sucroalcooleiro e construção civil. Além disso, o Senai investe em seu capital humano – uma das vertentes do Programa Educação para

uma Nova Indústria. Até agosto deste ano, a instituição concedeu 73 bolsas de estudos e 177 colaboradores fizeram cursos de capacitação em diversas áreas.

Construção e mineração

– Se o aquecimento da economia estimula o crescimento da oferta de empregos industriais, é necessário atender à demanda oferecendo mão-de-obra capacitada. Para isso, o programa propõe ampliar o número de matrículas de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior. Em Goiás, a meta é atingir, no ano que vem, 45,5 mil matrículas nos diversos cursos oferecidos

nas modalidades de aprendizagem industrial, habilitação técnica e graduação tecnológica.

A programação para 2008 traz novidades. Para atender ao segmento da construção civil, que experimenta fase de crescimento em todo o País, a instituição passa a oferecer os cursos de aprendizagem (para jovens) de pedreiro de edificações, auxiliar administrativo na construção civil, instalador hidráulico e eletricista predial. Outra novidade é a aprendizagem para operador de processos químicos. Na modalidade de habilitação, de nível médio, o novo curso é o técnico em mineração.

Para o diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas, o maior desafio da instituição é atender à acelerada e diversificada demanda da indústria em diferentes regiões do Estado. “As empresas estão em busca de profissionais mais completos, com habilidades e competências que possam contribuir para o aumento da produtividade e competitividade do setor produtivo. Para formar essa mão-de-obra qualificada, o Senai não tem medido esforços, procurando modernizar e ampliar suas unidades e ambientes de ensino, promovendo atualização tecnológica e capacitando melhor seu quadro de funcionários”, disse.

Em busca de soluções

A indústria da construção civil desenha sua estratégia para enfrentar a necessidade de ampliar a qualificação de seus empregados, numa fase de retomada dos negócios e avanço das contratações. Neste ano, até setembro, o setor acumula um saldo positivo de 6,835 mil contratações apenas em Goiás, representando variação de 18,5% no estoque de empregos formais, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

“Diante do aumento da demanda, a indústria enfrenta dificuldades principalmente na área operacional, envolvendo a qualificação de pedreiros, serventes, carpinteiros”, avalia a coordenadora de Recursos Humanos do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), Andréia Hanna. O sindicato acertou parceria com o Senai Goiás para capacitação do pessoal já em-



Andréia Hanna: dificuldades na área operacional

pregado e formação de novos profissionais. “As empresas preferem fazer a qualificação fora do turno de trabalho”, acrescenta.

Segundo Jorge Quirino Pereira Sobrinho, assessor técnico do Senai Goiás, a estrutura da instituição na Vila Canaã, em Goiânia, está sendo preparada para oferecer cursos nas áreas de eletri-



Jorge Quirino: oferta e necessidade

cidade predial, pintura e de serviços de pedreiro de alvenaria, acabamento e revestimento, além de instalações de água e esgoto. “Vamos casar a capacidade de oferta do Senai com a necessidade da indústria”, afirma.

Desde setembro, já têm sido oferecidos aos candidatos encaminhados pela indústria, que

busca adaptar-se à fiscalização do Ministério do Trabalho, cursos de segurança em operação de elevador de obra e betoneira, com turmas de 21 alunos e carga de 12 horas. O Sinduscon-GO ainda coloca à disposição dos interessados cursos no setor de qualidade, leitura e interpretação de normas técnicas (NBR/ISO: 9001/2000), auditor interno e auditor ambiental.

Mais do que competência técnica, no entanto, Andréia acredita que as empresas de construção civil estão à procura de profissionais que conciliem eficiência e capacidade de liderança e de trabalho em equipe. “Apenas a competência não dá emprego a ninguém”, comenta a psicóloga.

O secretário do Trabalho de Goiás, Ageu Cavalcante, lembra que o uso da tecnologia exige profissionais cada vez mais qualificados. Entretanto, segundo ele, muitas empresas não investem na requalificação dos trabalhadores que empregam. “É um problema que precisa de parcerias para ser resolvido. Na secretaria, lutamos para qualificar a mão-de-obra local, do nosso Estado.”

Conforme os dados do Sine-GO, até agosto deste ano, 141.142 trabalhadores se inscreveram em

Carteira assinada

O avanço no grau de instrução dos trabalhadores na indústria coincidiu, nos últimos dez anos, com uma retomada no processo de formalização do emprego no setor. Considerando-se apenas o universo dos empregados com dez anos ou mais de idade, o total de funcionários no setor industrial aumentou 68,7% desde 1996, saindo de 161,23 mil para 272 mil. Mas o total de empregados com carteira assinada quase dobrou, pulando de 94,6 mil para 186 mil (97% a mais).

Até 1996, portanto, 58,6%

dos empregados na indústria tinham registro em carteira. Esse percentual subiu para 68,4% no ano passado. Na construção civil, esse processo caminha mais lentamente, persistindo um total equivalente a 56,4% dos empregados ainda sem registro. Há dez anos, a relação era pior e 61,7% deles não tinham carteira de trabalho assinada. Segundo a PNAD, no ano passado, a indústria da construção empregava 117 mil pessoas, das quais apenas 51 mil (43,6%) estavam registradas.

busca de emprego e o número de vagas oferecidas foi de 54.509. Pelas estatísticas, 137.296 pessoas foram encaminhadas e 19.474 foram colocadas no mercado de trabalho. Um dos fatores que colaboram para que o número total de vagas não seja preenchido, mesmo com uma elevada quantidade de candidatos, é justamente o problema da qualificação profissional. “A secretaria cumpre o papel de fazer essa intermediação de mão-de-obra, mas a falta de trabalhadores qualificados realmente

ainda é um problema.”

Ageu Cavalcante destaca ainda que o governo federal anunciou, em setembro, a redução dos recursos destinados à qualificação profissional em 2008 no País. Segundo ele, contrariando uma decisão do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o governo cortou cerca de 70% do volume inicialmente previsto – o montante caiu de R\$ 951 milhões para R\$ 297 milhões. A fatia destinada a Goiás despenhou de R\$ 18 milhões para R\$ 5,6 milhões.

Formalização na indústria

(Empregados de dez anos ou mais de idade, no trabalho principal com carteira assinada)

Ramo de atividade	1996	Participação no total de empregados no setor	2006	Participação no total de empregados no setor	Variação
Indústria	94,6	58,6%	186,0	68,4%	+96,7%
Indústria de transformação	77,2	55,0%	163,0	66,5%	+111,2%
Outras atividades industriais	17,4	82,8%	23,0	85,2%	+32,2%
Construção	32,8	38,3%	51,0	43,6%	+55,3%

Fonte dos dados brutos: PNAD/IBGE



Retomada do crescimento

ROBERTO ELIAS DE LIMA FERNANDES

Após quase 25 anos num ritmo que em nada combinava com o desenvolvimento do País que todos almejamos, a construção brasileira vira essa dramática página de sua história recente, retoma o fôlego e sua natural vocação de crescimento, apresentando resultados expressivos. Como cadeia produtiva, o segmento da construção é forte gerador de riquezas e milhares de empregos, e o boom atual tem tudo a ver com um conjunto de fatores favoráveis a essa expansão.

Finalmente os bancos e investidores entenderam a importância da construção e resolveram apostar no setor. Com isso, surgem mais recursos para serem investidos, embora muitas vezes ainda esbarrem na burocracia para liberação do crédito oficial e na papelada para aprovação de novos projetos nos órgãos governamentais. Mesmo assim, o repasse da função de financiamento aos bancos – e a consequente redução do financiamento direto das construtoras ao cliente – tem sido decisivo para a aceleração nos investimentos do setor.

De seu lado, o mutuário também passa a contar com prazo de financiamento mais alongado, juros menos perversos e prestações fixas, que permitem planejamento e dão mais segurança na hora de contratar dívida de longo prazo. Assim, o mercado imobiliário vivencia agora período de farta oferta de crédito imobiliário, projetando crescimento médio de 10% para os anos 2007 e 2008, e que pode chegar a 15% a partir de então, com as obras do PAC, projeta a CBIC.

E isso sem contar com as novas medidas que estão sendo estudadas para estimular ainda mais os negócios da construção e do segmento imobiliário – como o registro único de imóveis, a portabilidade do crédito imobiliário, a criação de seguros para obras e empréstimos do setor, além do abrandamento das regras restritivas ao saque do FGTS para quitação de imóvel, facilitando a vida do mutuário e futuro comprador.

Se até neste momento o grande responsável pelo crescimento do setor foi o mercado imobiliário, justa-

mente através de iniciativas de empresários com lançamentos de empreendimentos para as classes mais abastadas, já nos próximos meses a expectativa é o lançamento de unidades destinadas à faixa de renda mais econômica da população, com renda familiar de três a dez salários mínimos, onde existe forte demanda habitacional reprimida. Pesquisa publicada pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-GO) mostrou que a maioria das cerca de oito mil novas unidades residenciais que estão sendo construídas na Capital tem intenção de compra nas classes C, D e E, onde existe interesse predominante na aquisição de imóveis nas regiões intermediárias e periféricas.

Ao lado das habitações populares, existe outra vertente capaz de acelerar ainda mais o ritmo de expansão, mas que hoje se encontra estagnada. Obras públicas paradas atrapalham o crescimento do setor, como o Anel Viário, o Aeroporto de Goiânia, as avenidas marginais. A intenção do Sinduscon-GO é concretizar um trabalho, já iniciado, de união com as entidades da engenharia para destravar os projetos paralisados, agilizando a sua retomada, por considerar que a suspensão de obras tão essenciais prejudica a sociedade como um todo.

Em meio a esse quadro, em que pesem temporariamente, por exemplo, o desabastecimento de cimento, em maior escala, e aço, matérias-primas essenciais ao desempenho ascendente da construção, o Sinduscon-GO busca alternativas para garantir que o mercado continue operando de forma ininterrupta. A formação e especialização de mão-de-obra, que antes migrava para outras áreas em função do pequeno volume de novos empreendimentos, também é motivo de grande esforço, em que nossa entidade tem na parceria com o Senai o maior aliado para suprir o mercado da construção civil com profissionais qualificados à altura da evolução do setor.

Roberto Elias de Lima Fernandes é engenheiro, empresário e presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO)

“O mercado imobiliário vivencia um período de farta oferta de crédito imobiliário, projetando crescimento médio de 10% para 2007 e 2008”

Premiação nacional

Análise Editorial e Fundação Instituto de Administração da USP concedem prêmio ao Centro Internacional de Negócios da Fieg

O Centro Internacional de Negócios de Goiás (CIN), ligado à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), ganhou o prêmio nacional Análise-FIA de Comércio Exterior, na categoria Institucional, por conta do Programa Exporta CIN. O prêmio foi concedido pela Análise Editorial, empresa que edita o anuário Análise Comércio Exterior, e pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo. O programa, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria, foi implantado nos Estados em que está em atuação a Rede CIN.

A proposta do programa é dar condições para que empresas possam atuar no mercado internacional. O auxílio vai desde planejamento, prospecção de mercado, readequação de produtos e embalagens, passando pelos contatos com futuros compradores até a colocação do produto no mercado internacional. “Vários Estados têm esse programa, mas só alguns se candidataram. Esse prêmio reflete o reconhecimento não só ao programa, mas também à Fieg devido à operacionalização do programa e a sua eficácia”, considera o gerente do CIN/Fieg, Plínio Viana.

Segundo ele, são as empresas de médio e pequeno porte que se interessam pelo programa. Ini-



Plínio Viana: reconhecimento ao programa de formação de empresas exportadoras

cialmente, é feita uma seleção das empresas levando em consideração sua estrutura financeira e administrativa e a capacidade produtiva. Também são levados em consideração os mercados-alvo e a capacidade de exportar.

O programa então contrata um agente comercial e se responsabiliza pelos custos de prospecção no mercado exterior. “Alguém da empresa pode participar dessas visitas internacionais,

mas não há obrigatoriedade.” Segundo Viana, o objetivo do projeto não é somente fazer o processo de internacionalização da empresa, mas ensiná-las a ganhar mercados lá fora. “Nosso projeto consiste em transferência de tecnologia em gestão de comércio exterior. Cada ciclo do programa dura um ano. Na primeira fase, três empresas foram selecionadas (a Brascen de Santa Helena de Goiás; a Alcafoods, de Itumbiara; e a Poty Rô, de Goiânia).

Primeira Exportação – Em 6 de novembro foi lançado em Goiás o Programa Primeira Exportação, pelo Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O programa conta com a parceria do governo estadual e apoio da Fieg e do Sebrae. Ao todo, 20 empresas goianas foram selecionadas para a primeira fase. O programa oferece apoio técnico para que os empresários interessados possam gerenciar seus negócios, adaptar seus produtos às exigências dos mercados internacionais e conquistar parceiros comerciais fora do Brasil.

Crescimento à vista

Incentivo à criação de peixes em tanques-rede pode dar fôlego extra ao setor em Goiás, diante da possibilidade de dobrar a produção em sete meses

Importador de pescados, o Estado de Goiás oferece amplas condições para o desenvolvimento da pesca extrativista e principalmente da aquicultura, uma vez que as mais importantes bacias hidrográficas do País, a exemplo dos rios Araguaia e Tocantins, cortam o Estado, que ainda dispõe de grandes lagos e represas. Ao todo, há hoje 20 reservatórios consideráveis de água em Goiás, nove deles de grande porte. O Estado tem ainda um bom clima e é grande produtor de grãos, como milho e soja, base da ração utilizada na piscicultura.

A auto-suficiência na produção de peixes de água doce ainda é uma ambição distante, mas a expectativa é de crescimento significativo no curto e médio prazo. A grande aposta no momento é a liberação – esperada já para o início do próximo ano – da criação de peixes em grandes reservatórios de água por meio de tanques-rede. Atualmente, o Estado produz, por ano, 9.727 toneladas de pescados. Desse total, pouco mais de 1,1 mil toneladas são fruto de pesca extrativista e 8,6 mil vêm da aquicultura em tanques escavados.

De acordo com o superintendente da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) em Goiás, Domício Vieira, tão logo seja liberada a utilização de águas da União para a criação de peixes em tanques-redes, a possibilidade é que, em sete meses, seja dobrada a produção de peixes no Estado. “Goiás

Criatório: produção goiana supera 9,7 mil toneladas, mas Estado importa pescados



tem potencial não só para abastecer o mercado interno como também para exportar”, afirma.

O Estado deve ganhar nos próximos meses quatro frigoríficos de peixes de médio e grande porte nos municípios de Itauçu, Turvânia, Bonfinópolis e Alexânia. Um quinto frigorífico, com menor capacidade, está sendo implantado na Região Nordeste do Estado, no município de Posse. Esse frigorífico deve se destinar somente ao abate de peixes redondos, como caranha e tambaqui. Especialistas ouvidos pela **Goiás Industrial**, calculam que seja viável economicamente o abate de peixes que estejam a uma distância de até 300 metros do frigorífico. Só em Goiânia, estão em funcionamento dois entrepostos de peixes, nos setores Nova Vila e Novo Mundo.

De olho no potencial do Estado, em 12 de setembro, o ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, se encontrou em Goiânia com o governador de Goiás, Alcides Rodrigues (PP). O objetivo do encontro foi discutir parcerias entre a secretaria e o governo estadual, com o objetivo de fomentar a atividade

no Estado. A parceria visa, principalmente, à demarcação de parques aquícolas nos reservatórios goianos, assim como o incremento na assistência técnica aos produtores.

Na mesma oportunidade, Gregolin manteve encontros com autoridades e lideranças que representam segmentos sociais como o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, o reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira.

Viabilidade econômica – Pequenos, médios e grandes produtores podem se dedicar à aquicultura. O investimento mínimo necessário para a escavação de três tanques de 10 metros quadrados é de aproximadamente R\$ 53 mil. Já a atividade em tanques-redes tem custo consideravelmente reduzido.

O ciclo das principais espécies varia entre seis e sete meses, e no momento, é uma espécie exótica, a tilápia, de origem africana e que está no País há aproximadamente 50 anos, que ocupa a liderança do

ranking de produção e a preferência do consumidor.

É o gerente de projetos e aquicultura da Seap, Rodrigo Roubach, quem explica que a atividade deve ganhar impulso significativo com a regulamentação do uso de águas da União para a aquicultura. Hoje, afirma, para obter a licença para a utilização dessas águas é necessária cumprir uma verdadeira via-crúcis burocrática, que passa pela exigência de liberação de vários órgãos como Marinha, Agência Nacional de Águas e Ibama. “Há projetos que estão tramitando há dez anos. Nossa expectativa é que o prazo se reduza para seis meses.”

Rodrigo Roubach explica que já foi definido que alguns segmentos terão prioridades na licença para exploração dessas águas, com pagamento de taxas mínimas, como pescadores ribeirinhos que foram deslocados por conta da formação de barragens.

Ele explica que, com planejamento, um pequeno produtor pode até mesmo conseguir uma renda mensal com a aquicultura, desde que faça escalonamento. Para que isso seja possível a escala mínima é de



aproximadamente 100 tanques-redes. Ele lembra que a tilápia, espécie mais explorada, pode ser abatida tão longo atinja entre 600 e 800 gramas.

Com manejo correto, é possível produzir peixes com baixo índice de gordura e ainda otimizar os gastos com ração. Hoje, a ração representa cerca de 75% dos custos de produção. O quilo da ração varia entre R\$ 0,80 centavos e R\$ 1,00 e o milheiro de alevinos custa entre R\$ 80 e R\$ 100.

Domício Vieira diz que a entrada em funcionamento de frigoríficos de peixe em Goiás deve representar avanços para o setor. Atualmente, Goiás só conta com entrepostos, que comercializam peixes importados de outros Estados, congelados. Com os frigoríficos, os peixes serão transportados vivos até o local de abate, onde ficarão no gelo por seis horas e depois passarão pelo processo de sangria e filetagem. “Esse método garante melhor qualidade da carne, como cor, sabor e cheiro”, afirma Vieira.

Hoje, explica, a piscicultura está disseminada por todo o Estado de Goiás, mas a concentração maior de empreendimentos está em municípios ao redor de Goiânia, como Bonfinópolis e Vianópolis, na região do Médio Araguaia, como em nova Crixás, e nas proximidades da cidade de Goiás.

Ele lembra que, no Estado, além das tilápias e das espécies dos redondos, tem grande apelo comercial em Goiás o lambari, espécie que é vendida como petisco em bares e restaurantes. O quilo da tilápia, conta, está sendo comercializado hoje entre R\$ 2,10 e R\$ 3,50 (peixe inteiro, valores pagos ao produtor) enquanto o filé é vendido no supermercado entre R\$ 12 e R\$ 15,00 o quilo.

Vieira acredita que embora o peixe de água doce seja muito apreciado pelas populações ribeirinhas, é preciso que o morador dos centros



Altemir Gregolin e Alcides Rodrigues: parceria para fomentar a piscicultura em Goiás

urbanos também adquira esse hábito. Para isso, a Seap em Goiás tem promovido, todos os anos, a Semana do Peixe – que curiosamente dura 15 dias. Nesse período, supermercados, peixarias e restaurantes, vendem peixe ou pratos feitos com sua carne a preços populares. “O peixe é uma proteína de alta qualidade, que tem tudo para ser consumida largamente.” Neste ano, a Semana do Peixe foi realizada de 17 a 30 de setembro.

Ele frisa que toda a política de incentivo à piscicultura no Estado tem sido feita em parceria com o governo estadual, prefeituras, Banco do Brasil – que garante financiamento – e também com a Fieg.

O Frigoind, que hoje funciona como entreposto de peixes amazônicos e até agosto deve começar também a abater peixes, está localizado no município de Itauçu. O investimento total na instalação do entreposto e do frigorífico será de R\$ 2 milhões. Quando estiver em funcionamento, o frigorífico vai abater peixes produzidos em um raio de até 150 quilômetros. A capacidade de abate inicial será de 3 mil peixes vi-

vos/dia e a expectativa é que no médio prazo essa capacidade seja ampliada pra 30 mil peixes/dia. Além de tilápias a Frigoind deve abater redondos como caranha, tambaqui e tambacu.

Ele acredita no potencial do Estado, especialmente de produção de tilápia. “É um peixe saboroso, de produção padronizada, que o mundo inteiro conhece. É o ‘frango’ d’água.” Ele diz que os filés de tilápia são largamente comercializados em mercados como o dos países árabes e europeus, além dos Estados Unidos. Para ele, em um futuro próximo, deverá ocorrer com a carne de tilápia o mesmo fenômeno que ocorreu com os frangos. “A produção vai aumentar e o preço vai cair”, prevê.

O empresário, porém, lamenta, que hoje haja pouca pesquisa com recursos públicos na área de melhoramento genético. Hoje, o desenvolvimento de linhagens fica basicamente a cargo de empresas de países como a Noruega, com o grupo Genomar, que é um hoje um importante fornecedor de alevinos.



Ainda a todo vapor: mercado em baixa desestimula algumas empresas, mas grupos tradicionais mantêm investimentos

A ordem é arrumar a casa

Sem regulação, oferta cresce em progressão geométrica, sobra etanol no mercado e investidores desaceleram projetos já anunciados

Parte dos projetos anunciados para a produção de etanol no Brasil e também nos Estados Unidos não deverá sair do papel. Em Goiás, chegou-se a mencionar a possibilidade de instalação de quase 90 usinas, mas 28 projetos já foram instalados ou se encontram em fase de implantação. Por enquanto. Alguns “novatos”, sem experiência no setor, deverão mesmo engavetar seus planos, mas há motivos para acreditar que parte daqueles projetos ainda poderá se transformar em realidade em médio prazo. A disparada mais recente dos preços internacionais do

petróleo, que se aproximam da barreira dos US\$ 100 o barril, um recorde histórico, assegura viabilidade a fontes alternativas de combustível, com destaque para o álcool produzido a partir da cana.

Depois da euforia que sacudiu o mercado de etanol em todo o mundo, verifica-se um refluxo natural, na visão, por exemplo, da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), exatamente porque a oferta disparou à frente da capacidade de consumo, derubando preços e encolhendo margens de lucro. Para complicar, a promessa de criação de um mercado amplo e

global para o produto ainda está longe de se concretizar.

O desajuste, considerado conjuntural, no entanto, ameaça se prolongar por prazo maior do que o que poderia ser aceitável pela indústria do setor, ainda que empresários experientes reforcem suas apostas. O Grupo Cosan, maior produtor de açúcar e álcool do País, com 18 usinas e capacidade para moer 41 milhões de toneladas de cana (80% mais do que toda a safra prevista para Goiás), já confirmou os três projetos anunciados para o Estado, num investimento total de US\$ 650 milhões.

Empresários, governo, ex-ministros e economistas dividem-se quando a questão é estabelecer marcos regulatórios. Delfim Netto e Antônio Palocci, ex-ministros da Fazenda, acreditam que o governo deve interferir o mínimo necessário no setor, deixando ao mercado regular questões como excessos de oferta (e, portanto, eventuais períodos de escassez).

Recentemente, o Ministério de Meio Ambiente parece ter vencido a queda-de-braço com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), conseguindo incluir na regulamentação do zoneamento agroecológico do setor a proibição do plantio de cana na região amazônica e no Pantanal. Em Goiás, o debate ainda não se esgotou e o governo estadual reafirma a proposta, ainda não trazida a público, de regular o avanço da cana estabelecendo áreas mais propícias ao seu cultivo, distâncias mínimas entre as unidades de produção e uma política de incentivos diferenciados para o setor, de acordo com a região onde as usinas pretendem se instalar.

As questões ambiental e trabalhista são outro problema. O Grupo Cosan antecipa que suas usinas em Goiás irão operar com quase 100% de mecanização na colheita da cana, o que ameniza substancialmente impactos ambientais e reduz a necessidade de mão-de-obra, que em geral trabalha sob condições extenuantes no campo. Cabe aos governos federal e estadual, entendem empresários do setor, estabelecer fiscalização rigorosa para evitar abusos nos dois setores, algo ainda a ser averiguado na prática.

Excedente – Os desafios, no entanto, são vários, mesmo que as possibilidades sejam amplas o suficiente para manter investidores animados. As projeções mais recentes preparadas pela Unica indicam que o excedente exportável de etanol no Brasil deverá saltar de 3,7 bilhões



No médio prazo: produção de álcool no País deverá pular para 46,9 bilhões de litros na safra 2015/2016, gerando excedentes de 12,3 bilhões de litros

de litros na safra 2006/2007, já concluída, para 6,5 bilhões de litros em 2010/2011, praticamente dobrando para 12,3 bilhões de litros nas cinco safras seguintes, quando o País deverá produzir 46,9 bilhões de litros para um consumo doméstico de 34,6 bilhões de litros. A “sobra” de álcool, que representou 20,7% da produção na safra passada, saltará para o correspondente a 26,2% em 2015/2016.

Será preciso encontrar mercado para o álcool produzido, tarefa nada trivial ao se levar em conta a emergência de novos concorrentes no cenário mundial; a verdadeira montanha de subsídios engatilhada pelos maiores mercados (Estados Unidos e União Européia) para financiar a produção local e reduzir a dependência em relação ao produto importado, além do renitente protecionismo adotado pelos países desenvolvidos.

Apenas o governo americano despejará perto de US\$ 82 bilhões, entre 2006 e 2012, para subsidiar a produção de etanol a partir do milho, significando o equivalente a 66% do preço de mercado do álcool.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), todos os maiores mercados potenciais impõem tarifas agressivas sobre a importação de etanol, com destaque para a União Européia, onde as compras externas são taxadas em 63%. Na China, nos Estados Unidos, na Índia e no Japão, pela ordem, a tarifa chega a 40%, 39%, 30% e 27,2%. O projeto nacional definido por aqueles países para a área energética e, mais especificamente, para o setor de combustíveis não contempla importações em larga escala e busca soluções comerciais e tecnológicas que tenderão



Rubens Ometto: solo, clima e logística atraem investimento

a permitir a redução da dependência em relação a terceiros mercados a um mínimo possível.

É nesse contexto que devem ser avaliadas as declarações recentes de executivos da segunda maior montadora do mundo e maior fabricante de veículos do Japão. Segundo esses porta-vozes, a Toyota não demonstra disposição mínima para incentivar o governo japonês a ampliar as importações de álcool. Prefere, antes, apostar na tecnologia – que já adota há uma década – de produção de motores híbridos, movidos a gasolina e energia elétrica. Diante da proximidade que os grandes grupos econômicos japoneses ainda preser-

vam em relação ao governo, não é uma aposta de alto risco concluir que a Toyota não fala apenas por si nessa questão.

Os EUA seguem caminho semelhante, apostando, de quebra, na produção de álcool a partir de resíduos da produção agrícola para otimizar sua base industrial e ganhar eficiência no processamento. Devido aos subsídios literalmente bilionários destinados ao setor, o país deverá ostentar, em 2009, capacidade para produzir aproximadamente 51 bilhões de litros de etanol, cerca de 95% maior do que a do parque instalado em 2007, que pode processar o correspondente a 26,2 bilhões de litros, já próximo da meta de 28,4 bilhões de litros estabelecida para 2012.

Em baixa – O avanço acelerado da oferta, resultante da onda de euforia que o mercado decidiu surfar a partir de 2004, criou, já em 2007, os primeiros excedentes mundiais de etanol. As estimativas da consultoria Kingsman indicam que o mundo deverá encerrar 2007 com uma produção de 48 bilhões de



litros para um consumo de 45,6 bilhões, deixando um estoque de passagem de 2,4 bilhões de litros, o que explica a queda recente dos preços do álcool no mercado global. Além disso, as cotações internacionais do açúcar, que historicamente serviram como parâmetro para o mercado de álcool, estão em baixa, criando uma atmosfera pouco amistosa para quem desembarcou tardiamente no setor. Com margens apertadas ou negativas, a desaceleração dos investimentos na cadeia tornou-se uma consequência lógica.

Em Goiás, até meados de outubro, 20 empresas já haviam firmado contrato com a Agência de Fomento de Goiás S/A (GoiásFomento), trazendo investimentos fixos de R\$ 1,744 bilhão em troca de incentivos fiscais quase quatro vezes maiores, num total de R\$ 6,797 bilhões. Espalhadas por 16 municípios, a maioria concentrada nas regiões central e sudoeste do Estado, as usinas contratadas deverão gerar 26.073 empregos diretos. Embora expressivo, o número fica bastante aquém das projeções que chegaram a circular na imprensa e meios oficiais.

A escalada das vendas externas

(Exportações brasileiras de álcool etílico continuam em elevação)

Período	Valor (em US\$ milhões)	Volume (em milhões de litros)	Preço médio (US\$/litro)
2000	34,786	113,2	0,307
2001	92,146	172,2	0,423
2002	169,153	378,1	0,447
2003	157,962	479,3	0,330
2004	497,740	1.524,0	0,327
2005	765,530	1.645,7	0,465
2006	1.604,73	2.162,0	0,742
Jan-set 2006	1.058,93	1.455,0	0,728
Jan-set 2007	1.162,14	1.729,0	0,672
Jan-set 2007 / Jan-set 2006	+9,75	+18,8%	-7,7%
2006/2000	+4.513%	+1.403%	+119%

Fonte dos dados brutos: Secex/MDIC



Plantio avança: área destinada à cana deverá aumentar 364,2 mil hectares em Goiás

Nos primeiros nove meses deste ano, as exportações de álcool etílico renderam a Goiás US\$ 5 milhões, para um volume embarcado de 12,152 milhões de litros, perto de 1,5% da produção goiana. A despeito das condições menos favoráveis no mercado mundial, as exportações

brasileiras de álcool etílico aumentaram 9,75% em valor e 18,8% em volume, somando US\$ 1,162 bilhão (US\$ 1,059 bilhão em 2006) para 1,73 bilhão de litros (1,45 bilhão de litros nos mesmos nove meses do ano passado). Os preços médios caíram 8% em média.

Desde 2000, as exportações aumentaram 46 vezes em valor e 15 vezes em volume, trazendo para o País, em 2006, receitas de US\$ 1,605 bilhão, diante de apenas US\$ 34,786 milhões em 2000. Os embarques subiram de 113,2 milhões para 2,162 bilhões de litros. ■

Logística e milhões de incentivos

Solos de boa qualidade, altitude e topografia, clima, pluviometria e logística favorável. E, claro, uma dose generosa de incentivos fiscais. A soma desses fatores, na versão do presidente do Grupo Cosan, Rubens Ometto Silveira Mello, explica a decisão da empresa em direcionar investimentos para a instalação de três usinas em Goiás, num investimento de US\$ 650 milhões até 2008.

Nos próximos 20 anos, dependendo das receitas geradas, a empresa tem contratado incentivos equivalentes a R\$ 1,38 bilhão relacionados apenas ao investimento em Montividiu. As demais unidades poderão receber benefícios proporcionais, o que eleva-

ria o benefício total do grupo para quase R\$ 4,1 bilhões.

As destilarias, programadas exclusivamente para a produção de álcool, começam a ser instaladas em Montividiu, Jataí e Paraúna e utilizarão a hidrovia de São Simão para escoar quase 900 milhões de litros de etanol quando as três plantas estiverem operando a plena carga.

Apenas para comparação, esse volume representaria um aumento de 77,5% na produção goiana, estimada em 1,161 bilhão de litros na safra 2007/2008. O planejamento logístico prevê a otimização dos custos de frete, com o uso dos modais hidroviário e ferroviário até o Porto de Santos, onde

a Cosan opera dois terminais. O grupo dispõe de caixa para investimentos, reforçada pela recente colocação de US\$ 1,2 bilhão em ações, e tem planos de quase triplicar a capacidade inicial das três usinas goianas, elevando-a de 3,3 milhões por unidade para 10 milhões de toneladas de cana, se as condições de mercado permitirem.

O plantio de cana foi iniciado neste ano, prevendo-se a ocupação de 45 mil hectares no total, e as usinas devem começar a rodar em 2009. O uso de toda a capacidade projetada para a primeira etapa do projeto, a cargo da Cosan Centro-Oeste S/A Açúcar e Álcool, permitirá a cogeração de 60 megawatts de energia.



Cesta de alimentos e a lei

WILIBALDO DE SOUZA JÚNIOR

Desde 2003 todas e quaisquer cestas de alimentos e similares produzidas e expostas à comercialização precisam ostentar um selo auto-adesivo contendo a logomarca Inmetro/Mapa, em conformidade às respectivas especificações contidas na Portaria Inmetro 186/2002.

Para o cumprimento de dispositivos da lei, o Inmetro designa organismos de avaliação da conformidade para que atuem e procedam auditorias junto aos fornecedores de cestas de alimentos e similares. É uma estratégia para que esses produtos cheguem ao consumidor atendendo aos requisitos de segurança alimentar, definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa), amplamente utilizado no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), instituído pela Lei 6.321, de 14 de abril de 1976. O objetivo é a melhoria da situação nutricional dos trabalhadores, promovendo sua saúde e prevenindo doenças profissionais.

Para o cumprimento dos dispositivos legais vigentes, a Superintendência do Inmetro em Goiás vem mantendo vigília constante no comércio de cestas de alimentos e similares, até porque, há pouco tempo, a venda desses produtos não possuía regras definidas.

Diversas empresas que produziam as cestas não informavam o peso e não possuíam as condições sanitárias adequadas; nem tinham um nutricionista habilitado.

A fiscalização da Superintendência do Inmetro busca proteger a sociedade em relação ao consumo dos produtos contidos nas cestas de alimentos e similares. Ressalte-se que todas operações nesse sentido são orientadas e coordenadas nacionalmente pela Divisão de Verificação da Conformidade da Diretoria da Qualidade do Inmetro.

É importante esclarecer que o uso da marca Inmetro/Mapa está vinculado à concessão de uma licença, emitida por um Organismo Designado. No Brasil, existem cinco organismos: Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil), Bureau ACTA de Cer-

tificação QS, Instituto Falcão Bauer da Qualidade (IFBQ), Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), Instituto da Normalização na Segurança, Saúde, Qualidade, Produtividade, Avaliações e Juízo Arbitral.

A Superintendência do Inmetro em Goiás desenvolve trabalho de parceria com o ICQ Brasil e junto às empresas do segmento para identificar e orientar as mesmas para que busquem a regularização por meio de avaliação de conformidade realizada pelo ICQ Brasil.

Esse projeto visa garantir aos cidadãos condições de consumo das cestas de alimentos e similares, permitindo a confiabilidade das empresas e a certeza da qualidade dos produtos. É de grande importância o conhecimento dessa obrigatoriedade, pois existem diversas empresas e prefeituras que fornecem cestas de alimentos a seus funcionários. Há também muitos programas que distribuem cestas de alimento que ne-

cessitam estar atentos ao adquirir esses produtos, seja por meio de licitação, pregão eletrônico ou compra direta, a fim de que passem a exigir de seus fornecedores a ostentação do selo da certificação do produto. Ressaltando que a certificação da cesta de alimento é compulsória e o produtor licenciado tem responsabilidade técnica, civil, penal e documental referente aos produtos por ele produzidos.

As empresas certificadas passam por avaliações específicas, seja nos produtos que compõem a cesta, nas embalagens, na edificação, na armazenagem dos componentes, no armazenamento das cestas de alimentos, do pessoal, da responsabilidade técnica, da inspeção de recebimento dos componentes, do controle integrado de pragas e do controle da água. Após a concessão da licença para uso da marca Inmetro/Mapa, o controle desta é realizado exclusivamente pelo Organismo Designado, que planeja novas auditorias e verificações, para constatar se as condições técnico-organizacionais, que deram origem à concessão inicial da licença, estão sendo mantidas.

Wilibaldo de Souza Júnior é superintendente do Inmetro no Estado de Goiás

“Este projeto visa garantir condições de consumo às cestas de alimentos e similares, permitindo a confiabilidade das empresas e a certeza da qualidade dos produtos”

Fortalecimento sindical

Segundo Encontro Nacional da Indústria discute agenda do setor industrial, as possibilidades de crescimento do País e tendências do novo sindicalismo

O futuro dos sindicatos empresariais esteve em debate no 2º Encontro Nacional da Indústria (Enai 2007), que ocorreu nos dias 22 e 23 de outubro, no Hotel Blue Tree, em Brasília. Aproximadamente 1,2 mil líderes sindicais, representantes de federações e de associações industriais discutiram os obstáculos e desafios ao crescimento da economia nacional na visão da indústria, o fortalecimento dos sindicatos industriais – o associativismo –, além de sessões temáticas paralelas como as relações de trabalho, incentivos às micros e pequenas empresas, as reformas trabalhista, tributária e previdenciária e infra-estrutura.

De acordo com o gerente executivo de Relações do Trabalho de Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Casali, o evento teve como meta reforçar a integração do sistema, que engloba sindicatos, federações de indústria, CNI, Sesi, Senai e IEL, e ainda fortalecer o posicionamento da própria indústria em relação à agenda de desenvolvimento do País. “A luta do sistema é a luta por um ambiente de negócios que permita que as empresas cresçam, que o País desenvolva. Pretendemos tirar os entraves para o Brasil se modernizar”, disse Casali.

Após participação do evento, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, disse que o encontro tem enorme importância para a indústria nacional, uma vez que reuniu todas as representações estaduais. “É preciso que todo o setor



Equipe goiana: propostas em comum para acelerar o crescimento da indústria

produtivo esteja unido e comprometido com a busca do crescimento. Por muito tempo, trabalhamos individualmente, cada um no seu lugar. Hoje em dia não se pode ser assim, é preciso união em torno de objetivos comuns”, afirmou.

O resultado das discussões foi consolidado no documento Carta da Indústria, que traz uma análise sobre os dez principais pontos da agenda econômica brasileira. O documento lembra que o Brasil precisa criar condições para manter o atual ciclo de crescimento econômico. Segundo o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, dois pontos são muito importantes para a conquista desse objetivo: redução dos gastos públicos e da carga tributária e aceleração dos investimentos em infra-estrutura.

Programa de Desenvolvimento Associativo – No primeiro dia do encontro, o diretor de Operações da CNI, Rafael Lucchesi, apresentou o

Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). Elaborado pela CNI, o programa visa ao fortalecimento dos sindicatos empresariais. O PDA tem três objetivos principais: integrar a atuação das entidades do Sistema Indústria, ampliar a representatividade e a sustentabilidade dos sindicatos e estimular a prestação de serviços.

O associativismo, na visão de Paulo Afonso Ferreira, é um sistema importante e precisa ser valorizado. “É essencial que as empresas tenham interesse em participar dos sindicatos, que vejam claramente que o sindicato é vantajoso para a atividade empresarial”, assegurou. Segundo ele, para que isso ocorra, é preciso fortalecer ainda mais os sindicatos, investir em profissionalização, ampliar a representatividade. “Os sindicatos têm de conhecer a fundo as necessidades do segmento que representam, estabelecer metas e trabalhar duro, trazendo benefícios diretos aos associados”, justificou.

Sistema conquista o País

A conversão de refugos em matérias-primas, gerando oportunidades de negócios, empregos e renda, transforma-se em projeto nacional

Torna-se cada vez mais comum notícias dando conta da utilização de resíduos, depois de devidamente reciclados, como fonte de matéria-prima alternativa ou como aditivo na fabricação de certos produtos. Entre os exemplos observados, está a recuperação dos componentes das lâmpadas fluorescentes, da borracha de pneus usados, do alumínio das latinhas de bebidas, do plástico das garrafas pet.

Em Goiás, a Bolsa de Resíduos da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) tem como objetivo oferecer às empresas um espaço gratuito na internet para divulgação de ofertas de compra e venda de resíduos recicláveis, com a intenção de promover a livre negociação entre as indústrias, conciliando ganhos econômicos com ganhos ambientais, a partir da troca de informações sobre os resíduos disponíveis.

Conforme esclarece a assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente do Sistema Fieg, Elaine Noronha Farinelli, a Bolsa de Resíduos é uma estratégia recomendada pela Agenda 21 Nacional, para desenvolvimento sustentável, no âmbito de macro-políticas federais, estaduais e municipais de estímulo ao aproveitamento de resíduos urbanos e industriais e à sua reciclagem. “O programa bolsa de resíduos é um importante instrumento de formação de um banco de informações sobre os aspectos quantitativos e qualitativos dos resíduos gerados no Estado, além de contribuir para o planeja-



Elaine Noronha Farinelli: unificação facilita negociação de resíduos da produção

mento de um desenvolvimento industrial sustentado”, afirma.

Converter resíduos em matérias-primas pode gerar inúmeras oportunidades de negócios e empregos para a indústria. Com esse foco a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou no dia 24 de outubro o Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos. O projeto vai unificar os serviços desenvolvidos em 12 federações, para que indústrias possam oferecer seus resíduos ou procurar por resíduos que possam substituir, com menor custo, suas matérias-pri-

mas. O sistema integrado foi lançado durante a IX Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial (FI-MAI), de 24 a 26 de outubro, em São Paulo, reunindo especialistas de todo o País.

O projeto de bolsa de resíduos já é aplicado nos Estados de Pernambuco, Amazônia, Paraná, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Brasil, são produzidas milhões de toneladas de resíduos que podem ser reaproveitadas. Os benefícios da integração das bolsas de resíduos são vários, entre os quais inclui o fortalecimento das bolsas já em operação, a expansão do sistema para outras federações, a incorporação das melhores práticas.

Segundo Farinelli, antes da unificação, que deve ter suas atividades iniciadas a partir do início de 2008, cada sistema trabalhava sua bolsa de uma forma, com suas características distintas dentro de cada Estado. “Com a unificação, a venda, troca e doações de resíduos acontecerão de forma mais facilitada e as empresas interessadas terão acesso simplificado às informações em todo o País”, afirma. O programa unificado visa, ainda, incentivar e promover o desenvolvimento das bolsas de Estados, que possuem o programa, mas encontram empecilhos para crescer. Nessa parceria, a CNI oferecerá recursos para investimento de softwares, divulgação dos trabalhos das bolsas e eventos direcionados ao meio ambiente.





Rodrigo Penna, Hélio Naves e Paulo Afonso: posse no Conselho Temático de Agronegócio

CONSELHO DE AGRONEGÓCIO

Ampliar a competitividade para as indústrias do agronegócio que investiram ou estão investindo em Goiás nas questões tributárias, de infraestrutura e logística, em tecnologia e pesquisa, capacitação e treinamento de pessoal, mercadológicas e ambientais. Essa será a missão assumida pelo empresário Rodrigo Penna de Siqueira ao ser empossado, dia 5 de outubro, como novo presidente do Conselho Temático de Agronegócio.

COMENDA

As confecções goianas conquistaram maior espaço no cenário nacional de moda, destaque que deu ao presidente Frederico Martins Evangelista, do Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral, a comenda Pedro Ludovico Teixeira. A homenagem, iniciativa do deputado Ozair José (PP), foi oferecida dia 29 de outubro, na Assembleia Legislativa de Goiás, oportunidade em que o idealizador do Projeto Fenit, Norberto Arena também recebeu título de cidadão goiano. Trata-se da condecoração máxima concedida pela Assembleia Legislativa a pessoas que prestam relevantes serviços para a comunidade.



Da esquerda para a direita: Frederico Martins Evangelista (Sinroupas); Marinho Resende, chefe de gabinete do deputado estadual Ozair José; Aledino Luís Jacinto Montes, empresário; Ozair José, deputado estadual; e Norberto Arena

PRÊMIO FINEP

Halex Istar Indústria Farmacêutica, Hedesa Tecnologias, Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, além de projetos goianos do Senai, estão entre os finalistas da etapa Centro-Oeste do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2007, que atingiu 732 propostas em todo o País. A ordem de colocação foi anunciada durante cerimônia de premiação regional, que aconteceu no dia 24 de outubro. Os primeiros colocados em cada categoria disputam a etapa nacional do prêmio, a ser realizada neste mês, na capital federal.

MEDICAMENTOS

Convênio entre a Universidade Estadual de Goiás, Católica e UniEvangélica promoverá cursos de pós-graduação e mestrado para farmacêuticos da indústria de medicamentos no Estado. O anúncio foi feito dia 25 de outubro pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, durante abertura da 7ª edição do Congresso Brasileiro de Medicamentos, em Goiânia, solenidade da qual participou Ivan da Glória Teixeira, presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas, promotor do evento.



Paulo Afonso e Ivan da Glória: assinatura de convênio

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A ampliação do limite de enquadramento para efeito de cobrança do ICMS e do ISS de R\$ 1,8 milhão para R\$ 2,4 milhões poderá aumentar a competitividade das empresas goianas. Audiência pública marcada para o dia 26 de novembro, entre 16 e 18 horas, na Casa da Indústria, discutirá esses e outros gargalos da Lei Geral da

Micro e Pequena Empresa, com a participação de representantes da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa do Congresso Nacional, empresários, contadores e lideranças empresariais e políticas. Na oportunidade, será lançada a Frente Parlamentar Goiana da Micro e Pequena Empresa.

COSMÉTICOS

Segundo evento brasileiro de cosméticos, com 270 estandes, e que recebeu público de quase 15 mil pessoas, o 17º Encontro Regional da Beleza (*foto*), em Fortaleza, contou com a presença do diretor do Sindicato das Indústrias Químicas de Goiás, Jair Alcântara. O empresário aproveitou para lançar no Ceará a linha de produtos Toollon para tratamento capilar com escovas progressivas, sem agressão de produtos químicos aos cabelos.



FÓRUM DA MODA

Com nova filosofia, foi criado o Fórum da Moda, composto pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado, Shopping Flamboyant, Associação dos Lojistas do Flamboyant, Associação dos Lojistas da Avenida 85, Agicon, Senai, Sebrae e Senac. A parceria pretende fortalecer o setor confeccionista, prevendo a realização de uma semana da moda em maio de 2008, que terá como título Goiás Mostra Moda, marca cedida pelo Sinvest.

CONSTRUÇÃO 1

Guilherme Pinheiro de Lima, diretor do Sindicato da Indústria da Construção em Goiás e presidente da Ademi-GO, participará do Cityscape South América 2007, maior evento internacional sobre tendências do mercado imobiliário, de 4 a 6 de dezembro, no Centro de Convenções da Câmara Americana de Comércio, em São Paulo. Haverá espaço para palestras, debates e networking com os maiores líderes desse mercado.

CONSTRUÇÃO 2

O engenheiro Roberto Elias de Lima Fernandes, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás, participou da Conferência Internacional de Crédito Imobiliário, em Salvador (BA), realizada de 7 a 9 de novembro. Promovido pelo Banco Central, o encontro teve o objetivo de discutir tendências recentes no setor e oportunidades para novos negócios.

USO RACIONAL DE ENERGIA

Sama S.A. e Votorantim Metais Níquel S.A., ambas instaladas em Goiás, concorrem ao Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2007 nas modalidades energia elétrica e energia alternativa, respectivamente. O objetivo do Prêmio Procel é estimular segmentos da sociedade a implantar ações que, de forma efetiva, reduzam o consumo de energia elétrica, assim como a ponta do sistema. O prêmio é concedido anualmente às empresas do setor energético, órgãos e empresas da administração pública, imprensa, micro, pequenas, médias e grandes indústrias, entre outros. A entrega será realizada no mês de novembro, em Brasília.





Reconhecimento: neste ano, 31 micro, pequenas, médias e grandes empresas concorreram à premiação

Sesi premia ações de empresas

Fase estadual do PSQT destaca projetos desenvolvidos por indústrias instaladas em Goiás, estimulando boas práticas trabalhistas

O Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás) realizou no dia 1º de outubro, no Auditório João Bennio, na Casa da Indústria, a entrega do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT) - fase estadual. Neste ano, 31 empresas concorreram ao prêmio nas categorias micro, pequena, média e grande empresa. Oito experiências foram vencedoras em 1º e 2º lugares, nas quatro categorias.

Para William Martins de Mesquita, coordenador de Recursos Humanos da Eternit, vencedora na categoria grande empresa, o prêmio é uma conquista de todos os colaboradores. “Esse prêmio é o reconhecimento dos esforços empreendidos pela Eternit. Aderimos ao Pacto Global da ONU, somos certificados com a ISO 14000 e a OHSAS 18001. O PSQT mostra que estamos no caminho certo.”

“Investir em responsabilidade social só traz benefícios para

a empresa”, afirmou Dália Rodrigues de Oliveira, gerente de Recursos Humanos da empresa Rodrigues de Oliveira e Cia, 1ª colocada na categoria microem-

presa. Ela destacou como benefícios a motivação do trabalhador e o aumento na produtividade.

Wesley de Andrade Galvão, engenheiro civil da Pontal Enge-

Empresas participantes

Brasilcenter Comunicações Ltda, Cargill Agrícola S/A – Goiânia, Cargill Agrícola S/A – Itumbiara, Cipa Industrial de Produtos Alimentares Ltda, Companhia de Bebidas das Américas – Cebrasa, Dec Brasil Ltda, Equiplex Indústria Farmacêutica Ltda, Estação Goiânia Empreendimentos e Eventos, Eternit S/A, Futura Caminhões e Máquinas Ltda, Gênix Indústria Farmacêutica Ltda, Gravia Esquality Ind. Metalúrgica Ltda, Jalles Machado S/A, Laboratório Teuto, Lajes Santa Inês Eng. Ind. e Comércio, MB En-

genharia S/A, Nova Rocha Indústria de Tintas Ltda, Pontal Engenharia Construções e Incorporação, Rêde Transformadores e Equipamentos, Rodrigues de Oliveira & Cia Ltda, Saborella Ind. Com. de Prod. Alimentares Ltda, Sama S.A Minerações Associadas, Scitech Produtos Médicos Ltda, Tapajós Ind. e Com. de Produtos Naturais, Treliças Centro-Oeste, Videplast Centro-Oeste Ltda, Votorantim Metais Níquel S/A, Weldmatic Automotive Ltda, Zuppani Industrial Ltda e Belcar Caminhões e Máquinas Ltda.

nharia, campeã na categoria pequena empresa, disse que todos os participantes são vencedores porque perceberam que têm papel muito mais importante do que só gerar lucro; têm uma responsabilidade social a cumprir. “O grande mérito que o prêmio traz é que mostra que estamos no bom caminho e isso só aconteceu porque trabalhamos em conjunto. Plantamos a semente da responsabilidade social há alguns anos e hoje estamos colhendo os frutos”.

Gerente de Recursos Humanos da Rhede Transformadores, 1º lugar na categoria média empresa, Magno de Oliveira ressaltou que o PSQT é o reconhecimento do trabalho que a organização desenvolve há 14 anos com muita seriedade. “O investimento em responsabilidade social traz a comunidade e os colaboradores para mais próximo da empresa.”

Projetos premiados – A Eternit, fabricante de telhas e caixas d’água de fibrocimentos, conta hoje com 145 empregados. É certificada pela ISO 14000 e OHSAS 18001, tem as normas de conduta explicitadas no código de ética. Aderiu ao Pacto da ONU, oficializando o repúdio à discriminação. Investe na elevação da escolaridade de seus colaboradores, disponibilizando salas de 1º e 2º graus dentro das empresas e bolsas de estudos para graduação e pós-graduação. Tem estruturado o programa Cuidando do Meu Progresso, que permite a promoção dos seus funcionários.

A empresa Rodrigues Oliveira e Cia., do ramo moveleiro, incentiva ações de educação ambiental por meio de palestras para os colaboradores. Todo resíduo gerado no processo produtivo possui uma destinação responsável. Incentiva a participação na gestão da empresa e



Wesley Galvão, da Pontal Engenharia, ao receber o prêmio do presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg, Antônio Almeida: “No bom caminho”



William Mesquita, da Eternit, ao lado do presidente Paulo Afonso e de Paulo Vargas, superintendente do Sesi: esforço reconhecido

nos processos produtivos por meio do banco de idéias. Essas são avaliadas e, se aprovadas, o colaborador é premiado.

Fabricante de transformadores, a Rhede é hoje líder no mercado nacional. A empresa formou o Grupo Rhede de integração, formado por representantes de todos os setores da empresa, onde são discutidas e implementadas ações voltadas para os temas solidariedade, marketing, informações, motivação, relacionamento com o cliente e qualidade total. Realiza o programa Idéia Brilhante, com objetivo de colher

sugestões para melhoria dos processos da empresa.

A Pontal Engenharia é uma empresa da construção civil, especializada na edificação de condomínios verticais. Coloca à disposição uma série de benefícios aos colaboradores, realiza pesquisas para verificação de necessidades e interesses em atividades a serem implantadas. Desenvolve atividades com as esposas dos funcionários e é pioneira na implantação do aproveitamento da água da chuva nas obras. Realiza um trabalho educativo na área socioambiental e conseguiu redução de entulho.

CIDADANIA

A Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia recebeu pela primeira vez, em 22 de setembro, a Ação Global, em sua 14ª edição em Goiás. Durante todo o dia, foram realizados 50 tipos de atividades para cerca de 30 mil pessoas, totalizando mais de 47 mil atendimentos. O programa é promovido pelo Sistema Fieg, por meio do Sesi, em parceria com a Organização Jaime Câmara/TV Anhanguera, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e outras instituições. Como em edições anteriores, a maior demanda ficou por conta da área de documentação civil, com emissão de 20.344 carteiras de identidade. O vice-presidente da Fieg, Pedro Alves Oliveira, que participou do evento representando o presidente da entidade, Paulo Afonso Ferreira, destacou o papel social do Sesi: “Atividades como essa demonstram que a instituição tem procurado cumprir sua missão, favorecendo a população de um município importante e emergente como Aparecida de Goiânia.” O prefeito de Aparecida de Goiânia, José Macedo de Araújo,



José Macedo, prefeito de Aparecida de Goiânia, Raquel Rodrigues, presidente da OVG, Aparecida Pereira Araújo, primeira-dama de Aparecida de Goiânia, e Pedro Oliveira, 1º vice-presidente da Fieg: visita à Ação Global

classificou como positivo o saldo da Ação Global no município. “É difícil alguém se sentir cidadão sem ter identidade, carteira de trabalho ou CPF. Na Ação Global, a emissão de documentos ainda é um dos serviços mais procurados”, comentou, por sua vez, o superintendente do Sesi Goiás, Paulo Vargas.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

O Sesi Goiás lançou, no dia 12 de setembro, a Campanha Sesi de Prevenção de Acidentes no Trabalho na Indústria, que visa realizar ações preventivas e educativas destinadas a reduzir acidentes no trabalho e a promover a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, melhor produtividade, menos faltas no serviço e a redução de custos das empresas com acidentes e doenças ocupacionais. A campanha será desenvolvida em indústrias dos principais pólos econômicos do Estado, com realização de atividades educativas e preventivas por meio de apresentações teatrais, fixação de cartazes e distribuição da cartilha *Conselhos Gerais de Prevenção de Acidentes, Acessibilidade e Mobilidade*. As indústrias interessadas em participar devem entrar em contato com a equipe de saúde do Sesi pelo telefone (62) 3219-1736 e agendar o atendimento. Todas essas ações são gratuitas.



PARCERIA COM A SAMA

A partir de 1º de janeiro de 2008, a escola da empresa Sama S.A., com unidade industrial em Minaçu (*foto*), passa a ser gerenciada técnica, administrativa e pedagogicamente pelo Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás). O contrato foi firmado no dia 18 de outubro e fortalece a parceria da Sama com o Sistema Fieg, iniciada no ano de 1988, pelo Senai. A Escola Sesi Sama atenderá cerca de 750 alunos, nos períodos da manhã e noite, no ensino infantil, fundamental e médio. O gerente de Educação do Sesi Goiás, Luiz Macedo, destacou que a parceria faz parte da missão da instituição de oferecer educação de qualidade para familiares dos trabalhadores da indústria e para a comunidade. “Contribuímos para que a indústria realize uma boa política de responsabilidade social, oferecendo educação para os filhos dos colaboradores, e garantimos a manutenção de uma escola de qualidade, que forma cidadãos para o exercício da cidadania e que contribua para o desenvolvimento do nosso País”.

Liderança também se aprende

Líderes sindicais desenvolvem perfil de comando. Tudo começou com obra lançada pela Fieg e pelo IEL para fortalecer segmentos da indústria

Grandes líderes. Do que eles são feitos? Na resposta, certamente serão apontadas qualidades de força, disciplina, organização, sucesso, resultados. Na verdade, muito se fala em liderança e os conceitos são os mais diferentes. Em meio a tudo isso, essa habilidade pode ser desenvolvida, dada a complexidade do papel do verdadeiro líder, pessoa capaz de mobilizar pessoas, sensibilizar o segmento que representa, desenvolver uma entidade, pensar estratégias e dar novos rumos a ela.

O aprendiz, quando facilitado e alimentado por vontade própria, reúne um conteúdo de informações propícias ao entendimento, à vivência e ao domínio de um conjunto de competências técnicas, comportamental e emocional, por parte do líder, para que saiba o papel que precisará assumir e manter em foco os objetivos dos liderados.

Desenvolver novas lideranças para manter viva a gestão de entidades do setor industrial brasileiro foi o pensamento que moveu o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) a lançar a obra *O Papel do Líder Sindical - Manual de Boas Práticas: Informações Estratégicas*. Fruto de estudo e pesquisa, o manual é uma ferramenta gerencial destinada a contribuir com um segmento que procura consolidar seu lugar em meio às transformações que ocorrem globalmente.

Depois desse passo, o IEL Goiás deu outro para fortalecer a formação de lideranças sindicais e suas gestões. O Programa de Capacitação de Dirigentes Sindicais é um treinamento composto por palestras, cursos e jogos



Capacitação de lideranças no Acre: programa desenvolvido por Núbia Almeida (de vermelho) do IEL Goiás

destinados a incentivar o autoconhecimento e a desenvoltura do líder e do executivo sindical. Toda a metodologia definida leva em consideração o papel do líder, pessoa que tem uma missão: colocar em prática os ideais dos associados que representa.

O conteúdo elaborado para atender à demanda de federações e sindicatos foi levado aos Estados do Acre e Ceará, onde os participantes começaram a construir, então, as habilidades de liderança para melhorar o desempenho à frente das entidades que dirigem. Também se preparam para dar respostas às necessidades da clientela no que diz respeito à modernização, fortalecendo, assim, uma relação indispensável ao crescimento dos representantes industriais brasileiros. O programa possibilita ao representante de uma determinada categoria começar o desenvolvimento da liderança consigo mesmo, num processo de autodiagnóstico de seu perfil, em que procura dentro de si a fonte do sucesso e da boa gestão. Nesse pro-

cesso, ele compreende que o êxito do passado não o credencia para o atendimento às novas exigências do mercado e visualiza com mais facilidade o papel e as novas posturas que precisará assumir em determinados instantes, além das tendências.

Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Acre (Sindigraf) e integrante da turma participante do treinamento, Francisco Garcia sentiu-se incentivado a criar e a executar uma campanha para aumentar o número de associados à entidade. “Já estou em campo, fazendo visitas apresentando os serviços da entidade e as vantagens da associação”. Para ele, tudo o que foi visto abrange desafios relacionados à expansão dos negócios e ao fortalecimento da administração e das relações sociais. “O curso mostrou que a gente precisa aprender sempre, pois a cada dia a vida nos cobra novos conhecimentos”, acrescenta Garcia, recomendando o programa também para empresários. ■

Avanços na qualificação

PQF se consolida como meio para a profissionalização da relação entre comprador e fornecedor e tem encontro em Goiânia

Criar um ambiente de discussão sobre as oportunidades de negócios que as grandes indústrias podem induzir trazendo suas compras para o Estado; integrar indústrias e fornecedores locais, gerando possibilidades de desenvolvimento dos municípios goianos; fomentar a economia goiana, valorizando o potencial produtivo do Estado; e criar uma conexão de negócios entre empresas e grandes indústrias. Esses são os objetivos do 2º Encontro do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), que a Federação das Indústrias do Estado de Goiás e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promovem em novembro, em Goiânia.

Ao reunir empresários, agentes públicos, líderes empresariais e representantes de ensino e pesquisa, o evento articula a presença de grandes indústrias do Estado e convidados do circuito nacional. A temática ressalta a importância da gestão integrada da cadeia de fornecimento, dissemina experiências no desenvolvimento da mesma e traz a exposição, por parte das grandes empresas compradoras de produtos e serviços dos fornecedores, de investimentos e demandas previstos para os próximos anos, em Goiás. “Neste momento damos aos participantes do programa, mais força, pois estamos ampliando cenários de negócios e definindo estratégias para parcerias comerciais”, evidencia a coordenadora da área de gestão empresarial do IEL Goiás, Vera Lúcia de Oliveira.

No Estado, o PQF já alcançou mais de 200 empresas em seis municípios (Goiânia, Rio Verde, Itumbiara, Minaçu, Aparecida de Goiânia e Anápolis) e se consolida como meio de profissionalização do relacionamento entre comprador e fornecedor. “Cada vez mais as empresas se preocupam em estabelecer conexões permanentes, no sentido de se fortalecerem internamente, para depois conquistarem outros mercados, a partir da qualificação”, afirma Vera.

O ponto de partida para alcançar desse patamar de negócios, confiabilidade entre comprador e fornecedor, penetração de mercados e valorização da economia interna é o desenvolvimento do fornecedor, elo de equilíbrio da cadeia de fornecimento. E é justamente nisso que consiste a filosofia do PQF. Quem participa do programa reconhece os benefícios expressados e trabalhados por 18 meses, em média. Diretora administrativa da Taypann Uniformes, Núria Arruda considera o PQF determinante para competitividade, vendas e planos futuros da empresa. “Tivemos muitos benefícios. Por ser um programa que atua em toda a empresa – estrutura organizacional, desde o plano de negócio até o produto final –, isso é de fundamental importância para toda e qualquer empresa, seja ela do ramo que for.”

O diretor comercial da Hidrozon Indústria e Comércio de Purificadores, Mateus Pedro Stefanello, ao reconhecer que alguns detalhes fazem a diferença na gestão, orga-



Mateus Pedro Stefanello e o “Terapia”: barco de pesca esportiva nasce beneficiado pelo PQF

nização e planejamento, sentiu-se amparado com a qualificação do programa e leva à frente um projeto que tinha esboçado. O “Terapia”, barco de pesca esportiva e novo produto relacionado com os benefícios do PQF, nasce com o melhor aproveitamento da matéria-prima, da mão-de-obra e da estrutura que a empresa tem. “Para a Hidrozon participar do PQF foi positivo no fator de aprendizado da equipe”, aponta Stefanello, que pretende lançar o barco no próximo ano.

A preparação de fornecedores para a qualificação de fornecimento de produtos e/ou serviços às indústrias chega em breve a Goiatuba, município goiano que já sinalizou para a formação do primeiro grupo. O programa também será oferecido em todo o País, a partir de um projeto do IEL nacional.



SIMPLAGO

Curso sobre inovações

Inovações tecnológicas em embalagens rígidas e flexíveis foram o tema de curso que teve apoio do Sindicato das Indústrias de Material Plástico, realizado nos dias 3 e 4 de outubro, no Senai Canaã. De inscrições gratuitas, tendo como público-alvo diretores, gerentes, supervisores e operadores de empresas interessadas, a série de palestras contou, inclusive, com sorteio de diversos brindes, como um aparelho DVD. Cláudio Neves, da Riopol, fez a abertura falando sobre Polietileno: Portfólio de Produtos e Novos Desenvolvimentos; seguido por Francisco Ruiz, da Suzano, que discorreu sobre Tendências e Aplicações do Polipropileno. Os expositores Josimar Cabral, da Rulli Standard, e Giancarlo Milan, da Doteco, abordaram, respectivamente, o tema Tecnologia de Extrusoras/Coextrusoras de Filmes e Chapas e Sistema de Dosagem e Controle do Processo.

SINDICARNE

Crescem exportações

Todo o processo de modernização das grandes indústrias de carne que trabalham no mercado internacional aconteceu devido à erradicação da febre aftosa, acredita o presidente José Magno Pato, do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal, ao comentar que as exportações do produto (*foto*) nos primeiros nove meses deste ano aumentaram 18% em relação ao mesmo período de 2006. Nos últimos dez anos foram implantadas seis grandes indústrias de carnes com o objetivo de trabalhar na exportação, mas o principal motivo foi o Estado ser considerado

área livre de febre aftosa, além dos incentivos fiscais proporcionados pelo governo estadual. Desde 1995 não há registro da doença em Goiás. Além disso, houve grande disponibilidade de animais, o que culminou com o alto volume de exportação de carne, mas é preciso que a vigilância sanitária continue com o rígido controle para não ocorrer focos como aconteceu nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e do Paraná.



SIMELGO

Novo presidente

Agilizar para que haja mudança substancial na atual legislação trabalhista e tributária. Foi com esse objetivo que Orizomar Araújo Siqueira (*na foto com Hélio Naves*) assumiu a presidência do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no dia 19 de outubro, às 20 horas, em solenidade realizada no Grande Oriente do Estado de Goiás. Eleita para mandato até 2010, a nova diretoria é composta, ainda, por Hélio Naves, Hélio Naves Júnior, José Inácio Caliman, Jerônimo de Souza, Eliane Melo e Valéria Freitas. Na ocasião, foram entregues quatro Medalhas do Mérito Ministro Aquino Porto, três in memoriam, ao próprio Aquino Porto, aos empresários Getúlio Varanda e Halley Garcia Rocha, além do presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

SINDUSCON

Técnica em concretagem

Nivelar os conhecimentos técnicos dos profissionais envolvidos na especificação, contratação, aplicação e controle dos serviços de concretagem. Esse foi o objetivo do curso Atualização Técnica em Serviços de Concretagem oferecido pelo Sindicato da Indústria da Construção de Goiás, em sua sede, nos dias 10 e 11 de outubro, das 14 às 18 horas. Dividido em quatro módulos, teve como instrutor o engenheiro Arcindo Agustín Vaquero y Mayor, da Associação Brasileira de Serviços de Concretagem.

SIFAEG/SIFAÇÚCAR

Novo presidente

O engenheiro André Luiz Baptista Lins Rocha assumiu a presidência executiva do Sifaeg e do Sifaçúcar, sindicatos que representam os produtores de açúcar e álcool no Estado de Goiás, dia 21 de setembro. Deixou o cargo o advogado Igor Montenegro Celestino Otto, que exerceu a função nos últimos seis anos, para liderar um grupo do setor sucroalcooleiro com unidades em Goiás e no Tocantins. O novo presidente executivo, ao lado do presidente do Conselho Administrativo, Segundo Braoios Martinez, dirigirá as entidades que congregam 27 empresas associadas, as quais colocam Goiás como o 4º maior produtor brasileiro de açúcar e álcool. Ele assume num momento de grande foco do mundo em torno dos biocombustíveis e, nesse cenário, o Brasil está na ponta e Goiás desempenha papel estratégico, por ser pólo que vem atraindo muitos investimentos. Mas o setor tem como desafios buscar novos mercados para a produção cada vez maior de álcool e açúcar e melhorar a logística para transporte tanto no mercado interno como externo.

SIFAEG

Centro-Suco

Desafios enfrentados atualmente como o da expansão do mercado, questões ambientais, trabalhistas e de logística foram discutidos pelos representantes do setor sucroalcooleiro, de 16 a 18 de outubro, no Centro de Convenções de Goiânia, dentro do 2º Seminário Sucroalcooleiro do Centro-Oeste (Centro-Suco). Lideranças brasileiras como Sillas Oliva Filho (Petrobras); Charles Siqueira (Transpectro); Igor Montenegro C. Otto (ex-presidente do Sifaeg/Sifaçúcar); Paulo Afonso Ferreira (Fieg/CNI); José Ieda Neto (Usina São João); Rafaella Rosseto (Apta); Luiz Carlos de Almeida (Centro de Tecnologia Canavieira); Laura Tetti (Unica); Jorge dos Santos (Sindalcoo-MT); Josué Aparecido Vitti (Dedini) e Elisabete Serôdio (Datagro), entre outros importantes nomes, discutiram as novas oportunidades colocadas no caminho do combustível, como o biodiesel.



SINDITRIGO 1

Boa colheita

Durante a safra de trigo deste ano no Cerrado, concluída no final de outubro, os moinhos locais entraram comprando forte e garantiram bom retorno aos agricultores devido ao alto preço do grão no Brasil e no mundo. Devem comprar todo o grão que estiver disponível no Centro-Oeste, a Bunge, Cargill, Sotrigio, Dallas, Coopadf e Mabel. A tonelada está sendo negociada ao preço médio de R\$ 650/FOB, valor muito superior ao do ano passado e que, certamente, fará com que a safra 2008 seja maior em virtude da confiança dos produtores no escoamento.

SINDITRIGO 2

Cerrado, o melhor trigo

O Cerrado, que possui o melhor trigo do País, tem condições climáticas, área para plantio e clientes certos para o escoamento da safra, afirmou André Lavor, presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste. “Na entressafra precisamos importar o grão de outros Estados e da Argentina, quando poderíamos contar com o dos produtores locais. Acreditamos que um trabalho conjunto entre moinhos, produtores, entidades e governo deve gerar bons frutos para a próxima safra, a exemplo do que ocorre em Minas Gerais”, acrescentou Lavor.



Abismo entre empresas e talentos

NÚBIA RODRIGUES ALMEIDA

Encontrar pessoas com perfil adequado para o desempenho de atividades ligadas à gestão tornou-se um dos principais desafios do ambiente corporativo. A união de competências técnicas, comportamentais e emocionais forma o tripé de uma busca incansável pelos melhores talentos de mercado.

A cada semestre inúmeras turmas se graduam nos mais diversos cursos e recém-formados saem em busca da desejada oportunidade de trabalho. Há ainda vasta lista de empresas em busca de jovens profissionais para contratação imediata. Nesse momento inicia-se, então, o processo de identificação de talentos para ocupar as vagas disponíveis. De um lado, desejos de ter uma oportunidade de adquirir experiência e prática. De outro, expectativas de encontrar jovens com experiência, disponibilidade, garra, atitude e, principalmente, que tragam resultados rápidos e com excelente desempenho. Então, nos deparamos com uma incógnita: temos a oportunidade e as pessoas, mas não conseguimos preencher as vagas disponíveis. O mundo empresarial não percebeu ainda a problemática em questão. Em meio à complexidade do cenário, predomina o desencontro de expectativas e desejos. O resultado desse vácuo entre profissionais e organizações começa a ficar grave, principalmente para as empresas, em razão do elevado custo envolvido no processo de contratação de pessoas e do desgaste emocional provocado por equívocos.

A questão é que cada vez mais as empresas têm necessidades específicas e precisam de profissionais que se moldem e se ajustem a essas especificidades. Há duas possibilidades: ou se contrata um profissional pronto, porém incompleto – pois o que é específico de cada negócio deverá ser repassado e o novo colaborador, se adaptar à cultura do negócio – ou se prepara um profissional de acordo com as necessidades específicas de cada empresa, já internalizando as questões culturais, fazendo com que

se torne parte do dia-a-dia da mesma.

São inúmeras as ferramentas de seleção, métodos, estudos, mas o desafio é como encontrar a pessoa certa para a vaga disponível, pois não há um método totalmente eficaz, porque lidamos com pessoas e existem inúmeras variáveis envolvidas nesse processo.

As organizações realmente preocupadas com crescimento, aumento de produtividade e lucros deverão se preparar antecipadamente para isso, construindo reserva estratégica de pessoas competentes e comprometidas não somente com resultados, mas também com os valores da empresa. Trata-se de planejamento focado nas pessoas, investimento com retorno garantido, pensamento estratégico, ação pontual e redução de custos com a troca constante de profissionais.

Empresas inteligentes deverão se preparar para sair à frente. Apesar dos inúmeros avanços tecnológicos do mundo globalizado, o que não se pode ignorar é o fato de que precisamos de gente com preparo técnico, comportamental e emocional e, para isso, é necessário complementar a formação dos jovens, proporcionando desenvolvimento prático, pragmático e postura

ética, o que resultará em êxito para ambos.

Orientar, capacitar, treinar e, principalmente, desenvolver passou a ser responsabilidade social das empresas que buscam por profissionais de alta performance. Elas serão as principais beneficiadas nesse contexto. É preciso preparar o ambiente para manutenção e permanência desses profissionais, evitando a migração dos mesmos para o concorrente mais próximo. O profissional do futuro terá passe e não mais remuneração.

Núbia Rodrigues Almeida é administradora de empresas, especialista em recursos humanos e gerente do Programa IEL Talentos

“O resultado desse vácuo entre profissionais e organizações começa a ficar grave, principalmente para as empresas, em razão do elevado custo envolvido no processo de contratação de pessoas”

SENAI



VESTIBULAR 2008/1

INSCRIÇÕES até 18/01/2008

É VOCÊ QUE FAZ O SEU FUTURO.

ENTÃO, FAÇA O MELHOR E VENÇA NO MERCADO.

cursos de
graduação
tecnológica

Reconhecidos
pelo MEC

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Goiânia
(62) 3226-4500

REDES DE COMPUTADORES

Goiânia
(62) 3269-1200

PROCESSOS QUÍMICOS

Anápolis
(62) 3902-6200



FIEG-SENAI

www.senaigo.com.br



A gente vê o Brasil com outros olhos.

A Anglo

American é um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo.

No Brasil desde 1973, é responsável pela operação de Mineração Catalão, Codemin e Copacabana, empregando hoje mais de 3.800 pessoas. Com a construção da Unidade Barro Alto – um investimento de 1,2 bilhão de dólares na produção de ferroquase – a empresa vai gerar muito mais emprego e desenvolvimento. Para a Anglo, significa investir com confiança em crescimento sustentável: a capacidade de se tornar não apenas melhor, mas ainda melhor para nossos parceiros, empregados e comunidades onde atuamos. Pessoas que compartilham com a gente a visão de um horizonte cada vez mais promissor.



Mineração Catalão – Ferroquase Catalão e Quase (CQ)



Barro Alto – Ferroquase Barro Alto (CQ)



Codemin – Ferroquase Niquelândia (CQ)



Copacabana – Ferroquase Catalão (CQ), Catalão e Quase (CQ)